



DIRECTOR  
HENRIQUE GALVÃO  
ADMINISTRADOR E EDITOR  
ANTÔNIO PEDRO MURALHA

SEDE  
RUA DA CONCEIÇÃO, 35, 1.º  
Endereço Telegráfico  
«MINERVA»  
TEL. 2 4253  
Propriedade da Empresa  
PORTUGAL COLONIAL

PREÇO AVULSO  
Metrópole..... 3\$00  
Colónias..... 4\$00  
(ASSINATURAS)  
Metrópole (6 meses)... 18\$00  
Colónias (6 meses)... 24\$00

COMPOSTO E IMPRESSO  
OTTOSGRAFICA LIMITADA  
Conde Barão, 50 — LISBOA  
Visado pela Comissão de Censura

## SUMÁRIO

UMA CARTA MENSAL DE PORTUGAL PARA AS COLÓNIAS..	<i>Dr. Agostinho de Campos.</i> Professor, escritor e jornalista
AGENCIA GERAL DAS COLÓNIAS — PROPAGANDA PELO CINEMA.....	***
UMA SECÇÃO COLONIAL NA SEMANA PORTUGUESA DE VIGO.....	***
A PROPÓSITO DA SEMANA PORTUGUESA EM VIGO — INTERCÂMBIO GALAICO-PORTUGUÊS.....	<i>Brigadeiro João de Almeida.</i>
A ASSOCIAÇÃO DO FOMENTO AGRÍCOLA DE MOÇAMBIQUE — PERANTE O PROBLEMA DA AGRICULTURA DA COLÓNIA.....	<i>Comandante José Cardoso.</i> <i>Dr. Augusto Ornelas.</i> Médico.
URBANISMO EM ANGOLA.....	<i>Angelo Diniz.</i>
PÁGINA LITERÁRIA — FEITIÇO.....	
A CAMPANHA CONTRA OS ALEMÃES EM MOÇAMBIQUE — PARA BEM DA HISTÓRIA — QUE É PARA BEM DA VERDADE — TORNA-SE PRECISO ESTUDAR O DOCUMENTÁRIO DESTA CAMPANHA.....	<i>Tenente Mário Costa.</i>
GRANDE EXPOSIÇÃO INDUSTRIAL PORTUGUESA — 1932....	***
UMA «CONFERÊNCIA IMPERIAL» — REUNE-SE EM LISBOA NO PRÓXIMO MÊS DE MAIO A PRIMEIRA CONFERENCIA DO IMPÉRIO PORTUGUÊS.....	***
MULHERES NEGRAS.....	***
DA IMPRENSA COLONIAL TRANSCREVE-SE.....	***
CRÓNICA DO MÊS.....	<i>H. G.</i>
NOTAS DO MÊS.....	***
INFORMAÇÕES, ETC.....	***
LIVROS E PUBLICAÇÕES.....	***
ESTATÍSTICA.....	***

# Uma carta mensal

## de Portugal para as Colónias

Pelo dr.  
Agostinho  
de  
Campos

**G**OSTEI muito de receber e de ler o novo livro—Portugal não é ibérico—do sr. Fran Paxeco, sociólogo da escola de Teófilo Braga e actual cônsul geral de Portugal em Cardiff.

Não concordo com certos aspectos dessa obra, que no entanto representa muito trabalho, muita dedicação, muita inteligência, muito patriotismo e é portanto, para mim, sumamente respeitável.

As discordâncias são formais ou essenciais. Entre as primeiras avulta a originalidade ortográfica do Autor, coisa contra a qual já me tenho insurgido publicamente, porque, para mim, ortografia, ou é disciplina, dogmático, catolicismo—ou não é. Originalidade e ortografia são termos irreconciliáveis. Desde que há ortografia não pode haver originalidade, e vice-versa. Seitas protestantes na maneira de escrever as palavras são embaço grave à aquisição de cultura, e portanto mau serviço ao comum.

Grafar estensão, ou êstra em vez de extra, escrever odia por odeia, pôr diante dos olhos de quem lê umas vezes atuação sem c, e outras vezes actividade com c, pode ser atestado de grande independência, mas não vejo para que sirva, a não ser para perpetuar a confusão e a anarquia num serviço público, como é este de oferecerem os mais cultos aos menos cultos uma norma gráfica certa, segura e uniforme, que os tire de dúvidas e lhes facilite a aprendizagem da expressão gráfica. Parece-nos que esta maneira de pensar é perfeitamente democrática, porque atende a uma das necessidades ou conveniência do maior número. Parece-nos que a atitude contrária, de rebeldia contra a lei que se fez para todos e para utilidade de todos, é sintoma de orgulho, ou de desprezo dos menores—sentimentos pouco sociais.

Isto quanto à forma. Pelo que toca à essência, noto no Autor certo hábito mental de considerar rei e réu como sinónimos históricos. É, parece-nos, uma criminalogia algo atrasada. É também uma espécie de culto dos heróis às aves-

sas. Procurar na História diabos e deitar-lhes para cima das costas tôdas as desgraças dos povos, constitui uma forma de superstição retrospectiva.

Não há dúvida: os reis tiveram grandes responsabilidades, porque, mais ou menos, segundo as épocas, lhes couberam sempre grandes parcelas de poder. Mas nunca o poder inteiro e absoluto, de modo que nos seja lícito supor, sempre e como que por sistema, que os povos teriam tido outro destino muito diferente, se à sua frente houvessem estado reis feitos, não de carne e osso, mas de substância ideal com que os plasma ou organiza o nosso raciocínio.

Abundam nos dias de hoje, embora com títulos diversos, reis poderosíssimos, que nos devem servir de exemplo ou bitola do que puderam noutro tempo os reis mais poderosos.

Mussolini não se chama rei, mas sim il Duce. Hitler é der Führer. Staline, senhor absoluto de tôdas as Rússias, é simplesmente (no título) secretário do Conselho dos Comissários do Povo. No entanto sabemos todos que nem Jorge V da Inglaterra, nem Alberto I da Bélgica, nem tantos outros soberanos que ainda restam na Europa, sobreviventes ao naufrágio de tantas monarquias, gozam de poderes políticos comparáveis com os que exercem, ilimitadamente ou quasi, aqueles três grandes homens, todos vindos do povo, e que nenhum usufrui o título nem a dignidade régia.

¿Que dirá mais tarde, de Hitler, de Mussolini, ou de Staline, a História que se há-de escrever? Não o sabemos e ninguém o sabe. É possível que venha a dizer coisas terríveis ou magníficas. Fará deles santos ou mafarricos, segundo o êxito final das suas carreiras públicas, o destino ainda futuro dos povos que os elevaram ou deixarem trepar às cumiadas, e também segundo as simpatias, políticas, filosóficas ou outras, daqueles historiadores que os estudarem.

E todavia nós outros, contemporâneos desses três reis absolutos, sabemos perfeitamente quanto o seu absolutismo é relativo. Staline, Mussolini, Hitler podem matar, confiscar, desgraçar centenas, milhares ou milhões de criaturas. Isto é certo. Mas já será muito menos seguro, para nós, afirmar se eles podem deixar de espalhar à sua volta essas calamidades—que outros, aliás, consideram benemerências, serviços à pátria ou ao género humano, sementes sangrentas de melhor

futuro—ou, quando menos, simples e inevitáveis fatalidades.

*Poderá dizer-se: se não conseguem fazer a felicidade do povo ou do mundo, vão-se embora. Resta saber, primeiro, onde está e o que é a felicidade do povo ou do mundo. E depois, mais isto: os homens que as circunstâncias puseram à frente de outros homens ficam sempre ou quasi sempre prisioneiros das situações que criaram ou lhes criaram.*

*Quando se entrava na política, como os reis de outrora, por direito hereditário, este direito era também dever, dever de honra, honra da firma ou honra da dinastia. O rei podia abdicar, de-certo; mas fazia-o sem que a sucessão se quebrassem.*

*Aos reis de agora a abdição é mais difícil, quando não impossível. Lá dizia o outro, muito bem: Je suis leur chef; il faut donc b.en que je les suive. E isto significa, com duplo sentido, quanto é relativo o poder mais absoluto: por um lado, que o condutor é, no fim de contas, conduzido—a água que vai na testa da corrente que não pára; e, por outro lado, que o homem arvorado em dirigente de outros cria ipso facto situações, compromissos, laços morais de toda a ordem, a que não pode eximir-se, ainda que o queira. Fatigado, desiludido, gasto, tem, apesar-de tudo, de ficar, porque sabe e sente que muitos lhe poderão chamar desertor, e até traidor.*

*Julguemos, pois, com humildade e prudência os reis de outrora, como julgamos os de hoje. E eis o que me apeteceu dizer, com cândida sinceridade, ao sr. Fran Paxeco, a respeito do seu aliás valioso e—qualidade mais alta—sinceríssimo trabalho.*

*Também nele vimos várias e interessantíssimas páginas que nos recordaram o que foi a admirável epopeia das províncias ultramarinas portuguesas em luta contra as conseqüências funestíssimas da intrusão felipina. Mas esta já vai longa e aquele caso tem de ficar para outra conversa.*

---

## Agência Geral das Colónias

### Propaganda pelo cinema

Na passada segunda-feira, 13, realizou-se na Sociedade "Voz do Operário", a 5.<sup>a</sup> sessão de cinema de divulgação colonial da série que a Agência Geral das Colónias vem realizando.

Falou sobre assuntos coloniais o sr. Capitão Caria, diplomado da Escola Superior Colonial.

Após a "Semana Portuguesa de Vigo", aonde se fará também uma larga propaganda pelo cinema, continuar-se-hão as sessões, estando já combinadas para Alcobaça, Viseu e Coimbra.

Com autorização de Sua Ex.<sup>a</sup> o Ministro, a Agência vai adquirir filmes sobre a Índia e Macau.

# Uma Secção Colonial na Semana Portuguesa de Vigo

**E**M Portugal, quando alguém se refere ao Brasil, chama-lhe a nação irmã. É um logar comum que apenas traduz um sentimento convencional de fraternidade entre dois povos — que um dêles nem sempre corresponde. O Brasil é, todavia, apenas uma nação-filha — uma obra que fizemos e criamos, por mais que custe a alguns brasileiros que parecem engeitar a paternidade.

Se Portugal tem algum povo irmão esse povo é sem dúvida alguma o galego. Na etnografia, na geografia, nas próprias virtudes, a semelhança é tão fraternal e flagrante, que a fronteira que nos separa — é apenas uma fronteira política.

Uma semana portuguesa em Vigo, no coração da Galiza é pois, realmente, uma festa de irmãos, um encontro de dois povos historicamente separados por uma convenção política mas eternamente unidos, pela fatalidade dum mesmo sentimento e dum origem comum.

Portugal, que não podia deixar de ir à Galiza, representa-se em Vigo tão inteiramente que, as próprias colónias, terão na linda cidade galega, a sua embaixada e os seus embaixadores.

A Agência Geral das Colónias, que assumiu o encargo de representar na Galiza, as nossas possessões ultramarinas — essas províncias portuguesas de Além-Mar que um esforço de séculos integrou no território da Nação — fa-lo há de certo com o cuidado, o saber e a honrada probidade que tem posto na sua obra de propaganda.

Tem a sua razão de ser esta embaixada colonial junto do povo irmão. Por um lado, a Galiza como toda a Espanha, são consumidores de produtos coloniais que nós lhe podemos fornecer em condições mais vantajosas que os países fornecedores da América, uma vez que, a aproximação económica necessária entre as duas nações ibéricas e o desaparecimento de alguns entres que consideram em Espanha, as colónias portuguesas desintegradas do bloco nacional português, seja um facto. Por outro lado, é sem dúvida alguma o povo galego, na sua riqueza demográfica, aquele que mais simpática e útil-

mente seria recebido nas colónias portuguesas como auxiliar da nossa obra de povoamento.

É certo que não constituem, como pretendem alguns países ávidos de colónias e super-abundantes em população, elementos fundamentais de colonização, a riqueza e o excesso de população.

Com a nossa pobreza e as nossas deficiências demográficas, não só descobrimos, conquistamos, povoamos e colonizamos uma grande parte da terra, em tempos que já lá vão, como estamos realizando hoje, em plena crise e através de dificuldades que peçam sobre todo o mundo, a mais notável obra de renascimento colonial dos tempos modernos.

Com o seu dinheiro e o seu excesso de população está a Bélgica, no Congo, a braços com um desastre económico, o desabar de muitas ilusões e a falência de sistemas improvisados. E nesta colónia, são ainda os colonos portugueses que, em parte, salvam a situação, mantendo o contacto com os indígenas e persistindo heroicamente nos logares que os seus companheiros belgas vão deixando em debandada.

É certo, portanto, que nem a nossa pobreza de capitais nem as nossas deficiências de população, constituem embaraço impeditivo, para a obra colonial e de expansão que é a nossa missão histórica.

Todavía é necessário confessar que nos vastos territórios que possuímos em África abundam espaço e riqueza que podem servir ao trabalho e ao dinheiro doutros homens, com vantagens indiscutíveis para nós e para eles, uma vez que esses homens venham, como unidades de trabalho, de valorização, de colonização, em cata do bem estar e da prosperidade e não como agentes políticos, ao serviço duma política estranha.

Nenhum povo como o galego, numeroso, trabalhador, inteligente e vivo, irmão de raça e de índole do povo português, reúne condições para conosco colaborar, na obra de povoamento das colónias portuguesas.

Tem pois a sua razão de ser, a representação colonial do nosso país na Semana Portuguesa de Vigo.

Há de facto dois interesses, a ajustar a dois sentimentos que a etnografia, a índole e até certos costumes, já ajustaram há séculos.

A Semana Portuguesa de Vigo foi organizada com notável exuberância de bons elementos representativos. Nas ordens moral, intelectual e económica, o programa é rico e esfuziante.

A Secção Colonial, faz-se representar por uma exposição em que os elementos de informação históricos, culturais e económicos figuram

eloqüentemente, e por uma Conferência, sobre assuntos coloniais.

O programa geral da «Semana» projecta-se que seja o seguinte:

DOMINGO, 26 — Espectáculos desportivos; inauguração da Secção Colonial da Exposição. Festival nocturno.

SEGUNDA-FEIRA, 27 — Exibição de filmes coloniais portugueses; visita à Secção Colonial, concerto musical.

TERÇA-FEIRA, 28 — Festa comemorativa do 124.º aniversário da reconquista de Vigo, após a invasão napoleónica; homenagem à memória do oficial português, herói deste facto histórico, João Baptista de Souza e Sá. Conferência por um intelectual português; Concurso de montras na Calle Galán.

QUARTA-FEIRA, 29 — Festa na Praça de Portugal; lançamento da primeira pedra para o monumento a Camões; inauguração da Feira do Livro Português; concertos pela banda da G. N. R. e Sapadores de Caminhos de Ferro.

QUINTA-FEIRA, 30 — «Cross», internacional; concerto pela banda da G. N. R.; conferência por um intelectual português; exibições dos ranchos minhotos, coimbrões e còros galegos.

SEXTA-FEIRA, 31 — Excursão a Santiago de Compostela; conferência por um desportista português; festival nocturno.

SÁBADO, 1 DE ABRIL — Recepção às entidades oficiais espanholas e portuguesas; Conferência sobre assuntos coloniais; espectáculo de gala no Teatro Garcia Barbon; banquete oficial; concertos musicais e marcha milanesea.

DOMINGO, 2 — Desafio de futebol «Portugal-Espanha»; banquete oferecido pela Federação de Futebol; chá de honra no Casino de Vigo; festejos populares; festival nocturno; Encerramento oficial.

São conferentes, na Semana, os srs. Henrique Galvão, Dr. Joaquim Manso, António Ferro e Salazar Carreira.

---

## Dr. Agostinho de Campos

Foi nomeado professor da Universidade de Coimbra o grande escritor sr. Dr. Agostinho de Campos. Escrevemos o adjectivo «grande» em pleno sentido de proporções.

A notícia é já velha de um mês e dela tiveram de-certo conhecimento os nossos leitores pela imprensa diária.

Cumpre-nos agora—porque só agora o pudémos fazer — felicitar a Universidade de Coimbra e o ilustre professor, pelo serviço que se presta a uma e pela homenagem que se presta ao outro.

Conosco estão de-certo, todos os leitores da *Portugal Colonial*, onde o sr. Dr. Agostinho de Campos assiduamente colabora.

---

### ● nosso aniversário

Referiu-se à nossa revista em termos muito cativantes, por motivo do segundo aniversário da *Portugal Colonial*, o jornal *A Voz*. Os nossos agradecimentos, que são tanto mais efusivos quanto é certo que *A Voz* é de entre os jornais da grande imprensa aquele a quem os assuntos coloniais merecem maior atenção.

**H**Á dez ou quinze anos, sucedia-me com frequência, encontrar no meu caminho um jornalista que, chamando-me de parte, me dizia:

— Há quem atribua a V. intuítos imperialistas sobre a Galiza. Ora... não poderia dizer o que é que, em seu parecer, distingue os galegos dos portugueses?

Eu não alcançava bem o objectivo dos jornalistas que assim me interrogavam e de mim para comigo reconhecía que eles me consideravam um visionário deambulante na positiva sociedade contemporânea.

— Galegos e portugueses?... Mas nada os distingue!

Lia-se um espanto já preparado nos olhos dos meus interlocutores:

— Nesse caso... o que é que separa a Galiza de Portugal?

— A Espanha!

Os que me ouviam estas premissas conclusões duvidavam na qualificação que me haviam de atribuir...

Eu não passava afinal de um observador paciente que suficientemente conhecia a Galiza e os galegos dos nossos dias e, pela medição dos factos históricos, a Galiza e os galegos de sempre.

Assim:

Ao afirmar que nada distinguía os galegos dos portugueses queria eu dizer que nem geográfica, nem étnica, nem histórica, nem religiosa, nem social, nem linguisticamente eram os galegos diferentes dos portugueses; e ao afirmar que só a Espanha separava Portugal da Galiza, pretendia afirmar que se as circunstâncias políticas que assistiram ao nascimento de Portugal como nação reconhecida e, mais tarde, ao nascimento da Espanha como estratégia política, se não tivessem pôsto de permeio, Portugal e Galiza não seriam entre si os dois corpos que procuram, juntando-se, completarem-se, sentindo que um sem o outro não são bem *elles próprios* e o que deve ser: um só corpo com uma só alma. O Estado é, ou deve ser, a alma das nações.

Os tempos mudaram de há dez ou doze anos a esta parte.

Portugal começa de novo a ter consciência do que é próprio significa como nação no mundo — e a Galiza também. Criou-se um espírito nacionalista galego, desenvolveu-se o espírito nacionalista português e definiu-se melhor. Todos começam a reconhecer que Portugal e Galiza, abandonados a si próprios, descrevem duas trajectórias convergentes, duas trajectórias bem diversas das paralelas que Portugal e Espanha descrevem, as quais por mais que se prolonguem, nunca se encontram: — todos vêem já ou adivinham instintivamente o ponto em que hão-de

encontrar-se fundidos os destinos da Galiza e Portugal.

Galiza e Portugal são politicamente dois países que o rio Minho junta na sua unidade geográfica e territorial e cuja unidade atávica, linguística e de costumes demonstra e proclama a toda a hora o erro da concepção dos homens que edificaram a sua separação. Mostra-no-lo a história: — a tendência natural de Portugal e Galiza foi sempre para a unidade política, que só a força e as circunstâncias do momento não deixaram consumir — unidade política que já os romanos reconheciam ao conservar a Galiza na comunidade administrativa da Lusitânia, que as condições do momento em que se vinha desenvolvendo quebraram em S. Mamede, mas cuja realização esteve sempre dentro dos objectivos da política portuguesa e no sentimento dos povos.

Nunca se realizou? Cabem as culpas às ambições de uns homens e aos erros de outros, menos do que às condições naturais, que permaneceram atra-

vés dos tempos.

Se todos os grandes homens de Portugal, a quem em dado momento pertenceu a responsabilidade da política portuguesa, não perderam nunca de vista a Galiza — todos,

desde D. Tereza e D. Afonso Henriques, cuja política só aparentemente é diversa da de sua mãe (será bom não esquecer que elle se armou cavaleiro na Catedral de Zamora — sagração da monarquia portuguesa — talvez para vincar bem a posse dos senhorios de Zamora, Toro, Salamanca e Ávila, partes integradas por sua mãe como consequência do tratado de Palência de 1114), a D. João I, D. Afonso V, ao Conde de Castelo Melhor, a D. Pedro II — compreenderam que a junção de Portugal e Galiza não poderia corresponder nunca a uma conquista, mas ao reflexo na ordem política de uma situação de unidade existente de facto.

Evidentemente que oito séculos de separação desnaturada afastaram de certa forma Portugal e Galiza: mas afastaram-nos muito pouco nas formas essenciais da vida. Portugal e Galiza permaneceram *nação*, — como queria Ribera y Rovira, e como eu próprio o sublinhei por mais de uma vez em livros e jornais. É claro, porém, que como unidade política, Portugal-Galiza formando um todo geográfico, étnico, linguístico, económico, financeiro, militar e moral, completando-se mutuamente, enriquecendo-se mutuamente, poderiam desempenhar uma função inconfundivelmente harmónica no concerto das nações, — passando a Galiza, que mais não fôsse, a colaborar oficialmente na nossa actividade colonizadora, — é bem verdade que mesmo assim, dentro das realidades actuais muito se poderia fazer, entendendo-se criteriosamente de parte a parte numa política de intercâmbio económico e cultural valiosíssimo.

# A propósito da Semana Portuguesa em Vigo

## Intercâmbio Galaico-Português

PELO BRIGADEIRO JOÃO DE ALMEIDA

Bastaria regular uma situação de facto, porque, efectivamente, para não citar outros exemplos, seria difícil criar por lei aos galegos melhor situação do que a que sempre usufruíram em Portugal, onde se confundem com os portugueses sem rivalidades mesquinhas e sem que ninguém lhes procure sequer diminuir os direitos pelo facto de serem estrangeiros perante a lei.

E se atentarmos no que se passa do lado de lá do Minho, seria impossível não verificar, por ser patentíssimo, a persistência de um forte sentimento de fraternidade, que nenhum artifício anima, tão natural éle é. As declarações publicadas nos últimos tempos pelos deputados galegos, que têm procurado manter a sua personalidade galeguista na confusão espanhola, não deixariam, aliás, quaisquer dúvidas sobre o que pensam as classes dirigentes da Galiza, se já restassem algumas aos que têm seguido o desenvolvimento da vida cultural galega de Murguía e Rosalinda de Castro para cá.

Pouco a pouco foi-se impondo ao espírito de todos os galegos cultos a certeza da identidade da língua falada em Portugal e Galiza,—dois dialectos ao menos, perante o latim senão a mesma língua,—se bem que a dominação castelhana fivesse provocado infiltrações vocabolares e sintéticas que, num trabalho de ressurgimento, conviria eliminar. Nisto parecem ocupar-se, aliás, muitos galegos cultíssimos que, principiando por se basearem oficialmente no dicionário português, se esforçam por conseguir a unificação ortográfica sem o que tantas formas idênticas parecem diferentes.

A importância deste movimento reside no seu fundo natural. Não é um artifício, como por exemplo, a da propaganda do castelhano. Pelo contrário a campanha dos artistas, dos homens de pensamento e dos eruditos baseia-se no sentimento popular e aproxima-se da fala do povo das aldeias, onde se conserva o galego mais puro, como se mantiveram através dos tempos os costumes regionais, os gostos, os processos agrícolas, o *folklore*, etc.

A estes laços de irmandade espiritual, moral, étnica, territorial, está bem de ver que outros, de ordem económica,—como, aliás, se apontou já—poderão corresponder, mesmo sem unidade política, que as circunstâncias não consentem ainda, atendendo às realidades, visto que as relações entre os povos não é sobre sentimentos, mas sobre conveniências que têm de assentar. E não resta dúvida de que, com um pouco de boa vontade de parte a parte, o intercâmbio entre Galiza e Portugal poderia facilmente abarcar tôdas as actividades e sentidos, da forma mais rasgada e ampla.

Agora, que na Galiza se prepara o Estatuto da sua autonomia não se deveria esquecer a conveniência de nêle fixar o direito de levar a cabo algumas combinações, não apenas (se pode dizer-se apenas) sobre cultura, ensino, divulgação dos livros galegos em Portugal e dos portugueses na Galiza, mas sobre regimes de pesca, comunicações, turismo, produtos coloniais etc.,—como já se apontou em algumas entrevistas que foram recolhidas no meu livro *Em Pro do Comum*...

## A Associação do Fomento Agrícola de Moçambique

### Perante o Problema da agricultura da Colónia

PELO COMANDANTE JOSÉ CARDOSO

CUMPRE à Associação do Fomento Agrícola submeter à Conferência Comercial o ponto de vista dos seus associados, em harmonia com o disposto no n.º 2.º do § 1.º do art. 2.º do decreto n.º 21.060 de 6 de Abril do corrente ano, no qual se refere à apresentação na Feira de Amostras, das matérias primas da Colónia transformáveis pelas indústrias metropolitanas ou utilizáveis para consumo na Metrópole.

O objectivo do decreto é do maior alcance, não só sob o ponto de vista económico, em geral, subordinado ao princípio da unidade económica dos territórios portugueses, como ainda sob o ponto de vista do interesse imediato dos produtores agrícolas de Moçambique, visto que do seu bom êxito lhes resultará um maior proveito, proveniente de poderem aumentar o seu rendimento com o aumento do seu negócio conseqüente do acréscimo de produção causado pelo consumo dos produtos primários da Co-

lónia na Metrópole, que a Conferência Comercial tem em vista promover.



A Colónia tem tido assegurada, sempre, a colocação dos seus produtos agrícolas exportáveis nos mercados estrangeiros, com que está relacionada pela tradição comercial cuja formação foi principalmente influenciada pela sua posição geográfica.

Verifica-se este facto pela evolução da sua exportação que é posta em evidência pelos seguintes algarismos expressando toneladas:

	De produção indígena	De produção organizada	Exportação total
1906.....	23.554	15.513	39.067
1907.....	8.853	21.107	29.960
1908.....	15.902	24.511	40.413
1918.....	20.148	17.264	37.412
1926.....	45.913	65.100	111.013
1927.....	63.373	74.831	138.199
1928.....	70.731	79.831	150.562
1929.....	67.389	101.881	169.230



A maior parte desta exportação, na sua quasi totalidade de natureza agrícola, foi colocada na Europa por intermédio de Marselha, Antuérpia, Ro-

terdam, Liverpool e Hamburgo, e seguiu esse caminho, via Suez, porque os primeiros estabelecimentos comerciais da costa oriental africana foram franceses, holandeses, suíços e alemães, tendo uma importância muito superior à dos primeiros estabelecimentos comerciais portugueses que se encontram em Moçambique.

Estes, não só pela pouca influência que podiam exercer nas correntes de negócio que encontraram já estabelecidas, como ainda em consequência da natureza orgânica das indústrias metropolitanas, não puderam alterar o sentido da saída da produção de Moçambique. Com efeito, a Metrópole preferia trabalhar os produtos primários das nossas Colónias africanas da costa ocidental onde encontrava em bastante quantidade e em condições de economia muito vantajosas, a purgueira, o amendoim, o azeite de palma, o coconote e até a borracha, o marfim, o café e o milho.

O próprio arroz, que a Metrópole podia obter na Guiné, na quantidade que quisesse, deixou-o sair para Hamburgo, para recebê-lo dali depois de limpo e polido...



Na costa ocidental, foi ainda por uma determinação de ordem geográfica que se formaram a tradição comercial e as correntes de negócio, encaminhando-o para a Metrópole.



O problema da colocação da nossa produção agrícola, pois que é sob este aspecto que a intervenção da Conferência Comercial interessa considerar à Associação do Fomento Agrícola, tem para nós o atractivo de conseguir-se pelo intercâmbio com Portugal um aumento remunerador do volume da nossa exportação agrícola.

Para as indústrias portuguesas que procuram colocar em Moçambique os seus produtos, o problema da nossa exportação para Portugal tem o atractivo grande de por ela se facilitar essa colocação, tornando-se possível fazer a compensação por uma simples permuta que nos põe independentes da praça de Londres, no que se alcançará uma economia apreciável nas relações entre Portugal e Moçambique, em matéria de liquidações.

Assim se justifica o lema da Feira de Amostras em tôdas as paredes da sua instalação afixado:

«!Moçambique deve comprar mais em Portugal!»  
«!Moçambique deve vender mais em Portugal!»



Os elementos de informação necessários de compular para facilitar o estudo da parte do intercâmbio que à Associação do Fomento Agrícola compete esclarecer, são muito escassos e imperfeitos.

Em primeiro lugar não encontramos na Colónia elementos da Estatística comercial metropolitana que nos esclareçam, em relação aos produtos de proveniência agrícola da província, que é por enquanto a sua principal actividade produtora, qual a quantidade dos produtos primários de produção moçam-

bicana actual, ou de produção aqui, que possamos fornecer à Metrópole, tipos respectivos preferidos pela Metrópole, de onde é que esta os recebe actualmente, seus valores fiscaes respectivos, e condições gerais em que a Metrópole realiza a sua importação.

Em segundo lugar não vieram à Colónia conjuntamente com as entidades que se congregaram na constituição da Feira de Amostras, agentes dos organismos importadores metropolitanos que, pelo seu conhecimento das necessidades e conveniências desses organismos, pudessem suprir-nos a primeira deficiência indicada.



A Associação do Fomento Agrícola procurou remediar estas deficiências fazendo as suas investigações junto das estações oficiais pelas quais verificou:

I—Que os artigos mencionados na Estatística Metropolitana que nos convém considerar são os seguintes, conforme os artigos da nomenclatura estatística internacional:

- Art. 12—Margarina e manteigas artificiais, milho e cereais.
- Art. 33 & 33—Legumes secos, feijão, favas, grão de bico, farináceos, chá e açúcares.
- Art. 42—Óleos vegetais, óleo de polpa em bruto, óleo de sementes de algodão, de gergelim e de amendoim, margarina e manteigas artificiais.
- Art. 50—Peles em bruto, tabacos em fôlha e em rôlo e cascas tanantes.
- Art. 97—«Ramie», «Henequem» e outras fibras textis.

II—Quantidades em quilos de algumas mercadorias importadas pela Metrópole no ano de 1931, segundo informação fornecida pela Repartição de Estatística da Colónia:

Açúcar .....	70.710.706	71.672.250\$
Arroz .....	27.848.613	29.677.185\$
Trigo .....	76.115.775	47.597.269\$
Oleaginosas .....	39.055.304	42.440.742\$
Algodão em caroço, rama ou cardado .....	14.786.658	81.274.443\$
Peles .....	1.254.710	7.588.053\$
Manteiga artificial .....	715.137	3.929.076\$
Chá .....	277.309	4.936.134\$
Feijão .....	1.412.834	1.309.982\$
Favas .....	154.068	165.150\$
Milho .....	56.376.894	27.779.399\$
Outros cereais .....	7.287.255	3.714.928\$
Farináceos .....	853.273	970.208\$
Tabaco em rama e rôlo .....	3.088.124	25.029.904\$
Charutos e cigarrilhas .....	7.963	863.951\$
Cigarros .....	19.233	1.237.100\$
Tabaco picado .....	3.044	165.798\$
Óleo de palma .....	3.920.936	7.202.428\$
Óleos gordos diversos .....	287.187	761.351\$
Sisal .....	794.000	?

III—Por intermédio de entidade oficial conseguimos ainda saber que a importação de gado e de carnes, em Portugal, acusa o seguinte movimento, de bovídeos, o qual nos parece pouco:

	Carne de vaca		
	1928	1929	1930
			em quilos
Congelada .....	?	?	97.819
Sêca .....	?	?	5.101
Fina ou preparada e toucinho ..	459.000	461.000	?

## Bovídeos

	1928	1929	1930
	Cabeças		
Bois e touros.....	?	?	755
Vacas e novilhos.....	?	?	34
Vitelos.....	?	?	15
Gado de lide (de trabalho).....	185	190	?
Gado vacum.....	129	121	?
<b>Cabeças.....</b>	<b>312</b>	<b>311</b>	<b>804</b>

Não só nos parecem pequenos os números representativos das entradas de bovídeos, como ainda parece, pelo seu agrupamento, que o critério deste mudou de 1929 para 1930, o que dificulta o estudo.

O documento de onde foram compilados estes algarismos informa que, do número de cabeças mencionado, provieram das colónias portuguesas:

Em 1930.....	736	cabeças
Em 1929.....	81	>
Em 1928.....	43	>

Para fazer-se uma ideia da importância que a Colónia pode ter como fornecedora da Metrópole, bastará pôr-se em presença do mapa das importações de géneros coloniais na Metrópole, atrás apresentados, o mapa das exportações dos artigos similares produzidos pelo solo de Moçambique o qual nos diz o seguinte:

### Principais mercadorias exportadas em toneladas

1930

#### Território administrado pelo Estado e C.<sup>a</sup> de Moçambique

	Estado	C. <sup>a</sup> Moçambique	Total
Algodão em rama.....	1.167	566	1.733
Açúcar.....	41.529	28.040	69.569
Chá.....	53	—	53
Feijão.....	2.495	30	2.525
Milho.....	25.015	9.808	34.823
Oleaginosas.....	65.210	205	65.415
Oleos.....	2.320	1	2.321
Peles.....	224	25	247
Sisal.....	10.064	306	10.370
Tabaco.....	21	11	32
<b>Total.....</b>	<b>146.096</b>	<b>38.988</b>	<b>185.084</b>

1931

	Estado	C. <sup>a</sup> Moçambique	Total
Algodão em rama.....	1.002	481	1.483
Açúcar.....	48.420	27.159	75.579
Chá.....	107	—	107
Feijão.....	1.095	15	1.108
Milho.....	2.436	9.984	12.420
Oleaginosas.....	66.567	108	66.675
Oleos.....	1.828	—	1.828
Peles.....	175	39	214
Sisal.....	12.359	1	12.360
Tabaco.....	21	51	52
<b>Total.....</b>	<b>134.010</b>	<b>37.816</b>	<b>171.826</b>

☑

Para poder-se estudar a nossa exportação mais detalhadamente, discriminaremos a exportação das nossas oleaginosas, a qual foi, em toneladas:

1930

#### Território administrado pelo Estado e C.<sup>a</sup> de Moçambique

	Estado	C. <sup>a</sup> Moçambique	Total
Sementes de algodão.....	1.171	24	1.195
Amendoim.....	24.816	77	24.893
Castanha de caju.....	6.530	—	6.530
Copra.....	21.530	90	21.620
Gergelim.....	3.986	7	3.993
Mafurra.....	4.064	—	4.064
Napupa.....	182	—	182
Ricino.....	931	5	936
<b>Total.....</b>	<b>63.210</b>	<b>205</b>	<b>63.415</b>

1931

	Estado	C. <sup>a</sup> Moçambique	Total
Sementes de algodão.....	1.447	—	1.447
Amendoim.....	26.337	97	26.434
Castanha de caju.....	10.341	—	10.341
Copra.....	21.941	10	21.951
Gergelim.....	3.240	1	3.241
Nafurra.....	2.322	—	2.322
Napupa.....	192	—	192
Ricino.....	747	—	747
<b>Total.....</b>	<b>66.567</b>	<b>108</b>	<b>66.675</b>

☑

Faremos o mesmo com relação aos nossos óleos cuja exportação em toneladas foi:

#### Território administrado pelo Estado

	1930	1931
Amendoim.....	911	746
Copra.....	934	674
Gergelim.....	99	138
Mafurra.....	157	26
Ricino.....	219	244
<b>Total.....</b>	<b>2.320</b>	<b>1.828</b>

NOTA— A Companhia de Moçambique não exporta óleos.

☑

Da nossa exportação tomaram o caminho da Metrópole os seguintes produtos:

#### Exportação para Portugal em toneladas

1930

	Estado	C. <sup>a</sup> de Moçambique	Total
Algodão em rama.....	211	2	213
Açúcar.....	40.405	25.739	64.144
Feijão.....	52	22	74
Milho.....	5.238	5.487	10.725
Oleaginosas.....	692	42	734
Oleos.....	1	—	1
Peles.....	58	19	77
Sisal.....	542	—	542
Tabaco.....	—	—	—
<b>Total.....</b>	<b>47.172</b>	<b>29.311</b>	<b>76.483</b>

1931

	Estado	C. <sup>a</sup> de Moçambique	Total
Algodão em rama.....	95	75	166
Açúcar.....	20.839	23.532	44.371
Feijão.....	—	6	6
Milho.....	325	7.441	7.766
Oleaginosas.....	155	—	155
Oleos.....	0,03	—	0,03
Peles.....	9	13	22
Sisal.....	716	—	716
Tabaco.....	—	—	—
<b>Total.....</b>	<b>22.137,03</b>	<b>31.065</b>	<b>53.202,03</b>



Da nossa exportação de oleaginosas seguiram para Portugal as seguintes em toneladas:

1930		
Estado	C. <sup>a</sup> de Moçambique	Total
Amendoim .....	1	1
Castanha de caju.....	—	—
Copra .....	691	721
Gergelim.....	7	1
Ricino .....	5	5
	692	734

1931		
Estado	C. <sup>a</sup> de Moçambique	Total
Amendoim .....	—	—
Castanha de caju.....	1	1
Copra .....	154	154
Gergelim.....	—	—
Ricino .....	—	—
	155	155

E os seguintes óleos em toneladas:

#### Território administrado pelo Estado

	1930	1931
Amendoim.....	—	10 K
Gergelim .....	—	20 K
Mafurra .....	1 ton.	—



Interessa conhecer agora as qualidades e quantidades de produtos de origem colonial que Moçambique importa, não obstante poder produzi-los em larga escala.

São eles os seguintes:

#### 1929

Estado	C. <sup>a</sup> de Moçambique	Total
Açúcar .....	15	28
Arroz .....	4.709	5.687
Café.....	81	104
Chá.....	61	79
Manteiga natural.....	170	229
Margarina e imitações de manteiga.....	17	17
Tabaco em rama, etc.....	35	48
	5.086	6.192

#### 1930

Estado	C. <sup>a</sup> de Moçambique	Total
Açúcar .....	19	36
Arroz .....	5.279	6.080
Café.....	95	118
Chá.....	62	79
Manteiga natural.....	214	275
Margarina e imitações de manteiga.....	3	3,2
Tabaco em rama, etc.....	37	94
	5.707	6.683,2

#### 1931

	Estado	C. <sup>a</sup> de Moçambique	Total
Açúcar .....	12	49	61
Arroz .....	6.245	766	7.011
Café.....	111	24	135
Chá.....	74	17	91
Manteiga natural.....	212	62	274
Margarina e imitação de manteiga.....	3	0,09	3,09
Tabaco em rama, etc....	37	109	146
	6.694	1.027,09	7.721,09



Da comparação dos números apresentados nos quadros anteriores, supondo que estão completos os que se referem à Metrópole, deduz-se:

I—Que no estado de organização, actual, das indústrias e da economia metropolitanas, pode a Colónia fornecer-lhe todo o açúcar, toda a copra, todo o sical, todo o milho, toda a mandioca e derivados e todos os óleos vegetais coloniais que a Metrópole precisa importar.

II—Que pode fornecer-lhe bovídeos em quantidade apreciável.

III—Que pode vir a fornecer-lhe em grande quantidade, chá, algodão em rama, tabaco em rama e em rôlo, fibra de caíro, sumauma, banana seca e farinada, casca de mangal e madeiras para marcenaria.

IV—Que não pode nem deve fornecer-lhe café e arroz enquanto a Colónia não suprir as necessidades do seu consumo, as quais serão rapidamente preenchidas se forem facultadas as condições favoráveis para a sua produção organizada, podendo também, facilmente, vir a fornecer ao depois, estes dois produtos à Metrópole.

V—Que nunca poderá fornecer-lhe amendoim e as restantes sementes oleaginosas, por não poder concorrer em boas condições de economia para a Metrópole, com a produção congénere das nossas colónias da África Ocidental.



Sob o ponto de vista das conveniências da economia própria da Colónia, pode afirmar-se:

1.<sup>o</sup> Que a Colónia tem uma necessidade absoluta do mercado metropolitano para colocar a sua produção de açúcar, algodão, tabaco, chá, arroz, mandioca e derivados por não poder colocá-los facilmente nos mercados estrangeiros.

2.<sup>o</sup> Para os restantes produtos pode dispensar o mercado metropolitano e precisa que sejam publicadas medidas destinadas a permitir-lhe conservar os mercados estrangeiros, onde os tem colocado.

3.<sup>o</sup> Que estes lhe estão sendo fechados ou dificultados para alguns produtos, em especial para o milho, sical e mafurra, nos países coloniais que produzem em suas colónias produtos similares, nos quais se institue um sistema defensivo, tendo nêle um lugar importante o regimen de prémios de produção para os produtos das colónias nacionais, custeados por lançamento de direitos de importação sobre os produtos iguais, provenientes das colónias estrangeiras.

4.<sup>o</sup> Que será errado o critério de recusar-se os meios necessários para a agricultura colonial consequir o abaixamento do custo de produção dos gêne-

ros exportáveis, por redução de vários encargos fiscais, pelo facto desta redução representar contracção de receitas públicas, por que será muito maior a sua contracção e o prejuizo para a economia geral da Colónia, se vier a contrair-se ou a suprimir-se a sua exportação, ainda que temporariamente.

5.º Que a Colónia tem ainda uma muito apreciável capacidade de absorpção para produtos provenientes da sua agricultura e indústrias relacionadas.

6.º Que essa capacidade de absorpção e condições em que pode realizar-se a sua saturação, por produção interna, são difíceis de determinar por insuficiência de documentação estatística da produção, a qual urge organizar.

7.º Que no interesse da manutenção de um equilíbrio de actividades coloniais, a dentro da unidade económica nacional, convém não sacrificar a produção de umas colónias em relação às outras. Para isso, é indispensável adoptar o regimen de cotas, atribuindo a cada colónia o contingente com que tem que concorrer na satisfação das conveniências do mercado metropolitano, em especial para o algodão, milho, sical, tabaco e arroz, devendo os prémios a estabelecer ser diferenciados, conforme a influência exercida pela posição geográfica e legislação de cada colónia, no custo de produção de cada género exportável.

8.º Que é conveniente proceder-se a um inquérito nas colónias da África Ocidental e em Moçambique, pondo em presença representantes dos organismos importadores metropolitanos e dos organismos exportadores das nossas colónias, por intermédio dos organismos oficiais competentes, a fim de se determinarem os tipos dos produtos reclamados pela Metrópole, de se fixarem as normas de sua selecção e as cotas referidas no número anterior, por modo a alcançar-se o máximo de satisfação para as conveniências reciprocas, dos produtores coloniais e dos importadores metropolitanos.

9.º Que há-de contribuir apreciavelmente para o auxílio a prestar à agricultura a instituição de um regimen rudimentar de crédito industrial destinado a facultar empréstimos para exploração, constituído nas linhas gerais apresentadas a Sua Ex.<sup>a</sup> o Ministro no officio da Associação do Fomento Agrícola de 11 do corrente, visto vir a facilitar a transformação, pelas indústrias da Colónia, dos seus produtos primários, transformação necessária, em muitos casos, como operação intermediária da exportação.



Para orientação dos trabalhos dêsse inquérito e facilidade das conclusões a estabelecer, a Associação do Fomento Agrícola, toma a liberdade de sugerir a confecção de uma série de mapas estatísticos e gráficos organizados segundo o tipo publicado pelos banqueiros Erlangers L.<sup>da</sup>, de Londres, e organizados expressamente, para facilitar os trabalhos da conferência de Ottawa.

Pede também a Associação do Fomento Agrícola que seja convenientemente considerada pelo Governo central a situação que se está criando nos mercados estrangeiros à agricultura de Moçambique com as medidas de carácter proteccionista colonial, ou ainda a que, por iniciativa do mesmo Governo se possa formar, introduzindo-se nos tratados e acórdos

# Urbanismo em Angola

PELO DR. AUGUSTO ORNELAS

Médico

## I — Considerações Gerais

O homem, ser social por excelência, deve ter-se agrupado muito cedo para satisfazer as suas ideas morais, por um lado, seus interesses e necessidades, por outro.

A cidade parece inteiramente ligada à evolução do homem no mundo; a urbs nasce, pois, como necessária no destino do homem, indispensável à marcha do progresso e da civilização.

O urbanismo como ciência, "propõe-se, sobretudo, utilizando as descobertas modernas, satisfazer da maneira mais completa e mais bela a necessidade que impele os homens a viver em comum, para melhor organização possível da vida em todas as facetas sociais.; isto é, o urbanismo "forma o meio próprio do homem, seguindo a sua vida desde antes do nascer, durante o seu crescimento e a sua duração normal," (C. Cabrita).

Os problemas instantes desta ciência são vastíssimos e focam múltiplas actividades técnicas: — a preocupação da limpeza e saneamento do solo, a pureza do ar e da água, a iluminação artificial e uma exposição ao sol suficientes, o estudo das correntes de ar, os pormenores da construção de edificios, os espaços arborizados — parques e jardins, — o estabelecimento de banhos, piscinas e escolas, a localização dos bairros industriais e indígenas, em sentido oposto à direcção normal dos ventos, a montagem de um sistema de defeza contra o fogo e do sistema de evacuação das águas sujas, dos resíduos sólidos e dos "excreta", a edificação de mercados e matadouros e, finalmente, a montagem dos serviços públicos de desinfecção e assistência.

Mas, dentro da "graça e harmonia das proporções", de todo o conjunto urbano, os técnicos e os artistas não devem pôr de banda a situação regional e "os elementos picturais da paisagem," (Raul Lino).

O problema do urbanismo mostra-se, pois, evidentemente complexo.

Estas questões, se muito dependem da ciência técnica de engenheiros e architectos, médicos e veterinários, higienistas e agrónomos, etc., também dependem de uma boa dose de bom gosto da arte esquisita do sentimento das proporções que em parte se adquire "por um estudo dedicado, isto é, pelo amor admirativo da Natureza e pela observação das obras de artistas, inspirados também na Natureza," (R. Lino).

## II — Saneamento na antiguidade

Mas de todos os problemas do urbanismo interessa-nos, particularmente, o palpitante problema das águas e esgotos.

Em toda a parte elles constituem condições essenciaes do bom estado sanitário dos aglomerados humanos.

Todavia, nas regiões inter-tropicais elles deviam ser o eixo, a plataforma rolante, a questão prévia em que deviam assentar todos os demais problemas de urbanização.

E que amargura em constatar que nesta vastíssima Colónia os Poderes Públicos e as Municipalidades releguem para as coisas triviaes, e ainda para serem resolvidas nas calendas, aqueles obse-diantes problemas!

Já é sedição afirmar que "quanto mais civilizado é um povo, maior é o culto que presta à água.."

---

comerciais futuros, a condição de ser extensiva às colónias a cláusula da nação mais favorecida, para todos ou para determinados produtos cuja movimentação está consagrada pela tradição comercial, ou quando se presume ser possível, estabelecer novas correntes de exportação.

Na Grécia, a água era objecto de cuidados religiosos. — «É da água de que depende principalmente a Saúde», afirmava Hipocrates.

Athenas, com um número provável de 300.000 habitantes, possuía dezoito condutas, levando águas das regiões vizinhas, sobretudo dos célebres montes de Himelo e Pentélico.

Os Romanos prestavam, na antiguidade, abundantemente êsse culto; e, partindo do salutar princípio de que a vida está em toda a parte aonde o fluido vital chegasse, tinham como ponto de honra, distribuí-lo profusamente para uzos públicos e privados.

Roma — a grande urbs — no tempo de Augusto, distribuía 2.700 litros por dia a cada habitante. Em consequência disso, Roma tinha numerosíssimos banhos públicos, onde a água corria em profusão; alguns dêsses estabelecimentos tinham dimensões colossais, como as termas de Caracalla que podiam receber 5.000 banhistas! Como mestres da adução das águas, nas provincias anexadas, Gália, Norte de África, Ibéria, etc., impunham por toda a parte essa politica

Suponho que adentro dum critério puramente científico, mas também adentro dos princípios de solidariedade humana, — o valor das Obras de Hidráulica Urbana pode definir-se dentro da seguinte expressão (C. Cabrita):

$$+ \text{águas potáveis} - \text{águas sujas} = \text{saúde}$$

Quer dizer, uma boa politica de hidráulica urbana, vinca necessariamente o grau de civilização de um povo; e, nas regiões coloniais, marca incontestavelmente, o índice de urbanismo — e de bem-estar geral.

### III — Falso urbanismo em Angola

A minha comunicação tem, como pontos de referência, os elementos daquela equação e como resultante — a saúde —, o melhor de todos os bens, o melhor e o mais precioso de todos os tesouros, sem a qual é inteiramente impossível conquistar êstes.

Em Angola, um chocho e ridículo urbanismo limita-se, quasi, exclusivamente, a construir uma bizarra algaraviada de casário, fortemente polterómico.

«E neste ponto não há maneira de obrigar o esteta amator, o práctico desordeiro, — amator de má morte —, «com tendências exagerativas, a entrar em ordem».

Nos países quentes deve imprimir-se — de um modo geral — um cunho utilitário às construções: — exterior simples e calmo, não devendo adoptar-se os estilos tradicionalistas que fizeram voga, ou admitindo-os, moldados às exigências do clima.

Como diz o engenheiro Carlos Roma: — «a época não é para dispêndios e, dadas as exigências de arquitectura tradicionalista — preocupação exagerada da decoração externa, sacrificando, na maioria dos casos, a própria comodidade e conforto interno — a mão de obra é muito mais cara e a sua conservação dispendiosa».

Divagando um pouco fora do assunto que me propuz tratar, mas em íntima conexão com êle, permiti-me, por fim, afirmar: Urbanismo nos países quentes, não deve ter como alvo a construção de edificios com reflexos externos, redundantes, a federem a minúete do século XVIII, com grave prejuizo das comodidades e do ambiente carinhoso e confortável de um verdadeiro lar.

Enfim, numa palavra, e, como com tanta propriedade insinua Raul Lino: «o conforto espirital de um ninho construído com beleza, e com lógica sobriedade, deve ser o nosso maior orgulho quando delinear-mos e quizermos um lar, aqui ou na nossa terra na Metrópole.

Impõe-se, pois, a publicação de um Diploma que estabeleça as bases do modo de construir, a fim de promover uma acção disciplinadora e reformadora, absolutamente indispensável, sobre tão importante elemento de progresso.

Êste Diploma não seria mais do que um conjunto de regras-bases com o fim de coordenar numa mesma e definida orientação, os construtores e proprietários e todos os funcionários que têm por dever a apreciação dos projectos e a fiscalização das construções.

Na actual situação, todos tateamos no vácuo.

É, pois, evidente que há vantagens de ordem económica e social em tratar a fundo do «urbanismo», em todas as suas modalidades, e que mais não seja das povoações em Angola que se dão ao luxo de se crismarem cidades.

### IV — Repercussão social e económica das obras de saneamento

O momentoso problema do urbanismo, implica necessariamente uma larga inversão de capitais; mas que se torna imperioso fazê-lo —, é mais do que intuitivo — é um dever imperativo.

Diz-se algures, forçando exageradamente a nota, que as Colónias, em geral, têm as suas condições de salubridade modificadas para melhor!

Evidentemente, não foram engenheiros e higienistas que se abalançaram a fazer tal declaração, quasi heresia, essencialmente, em relação aos relativos grandes centros de população em Angola. Em Diplomas officiais tem-se afirmado mais ou menos êste conceito, não só alvejando a uma permanência mais aturada do funcionalismo nas regiões do ultramar, mas também, alvejando as presentes necessidades de economia em face dos recursos exaustos do tesouro.

Devo afirmar que, se dentro do aspecto financeiro, o Estado muito tem a ganhar, também muito perde com medidas restritivas, obrigando o funcionalismo a permanências forçadas, além dos períodos em que é humanamente possível viver em pontos não salubridados e não urbanizados, na verdadeira acepção da palavra.

Não há argumentos que resistam a eloquência das estatísticas — e, sobretudo, à lucidez resultante dos seus índices.

Mas, afirma-se com jactância, que «Angola sendo um país em formação», (sic) — ela está sempre perpétuamente a formar-se — não pode ter o prurido de possuir centros populacionais com um «urbanismo», que parelhe com os da Metrópole.

Em questões de pundonor colonial, e perante o concenno internacional, aquele conceito não deve evidentemente ser pôsto, sob pena de deshonrarmos o nosso «panache», de colonizadores.

Sim, Portugal que já chegou à maioria: como país colonizador, tem o dever imperativo, como possuidor de dois milhões de quilómetros quadrados de terras in-tropicais, de se colocar ombro a ombro com as demais potências coloniais,

Estas têm resolvido nas suas colónias de África palpitantes questões de urbanismo, e, além disso, outros problemas de carácter científico e social que causam inveja às suas próprias Metrópoles.

Para imaginarmos a repercussão social e económica das obras do saneamento urbano, vou apresentar o exemplo claro e elucidativo do Engenheiro Castro Cabrita. O que se passaria em Lisboa se o serviço de abastecimento de água fosse o que deveria ser, e se a sua rede de esgotos fosse completada? — «Não se pode dizer de quanto baixaria o índice de mortalidade da nossa Capital, mas julgo que ninguém terá dúvidas de que a sua queda seria sensível. Se êle, em vez de 21,52 por mil — valor de 1930 — passasse a ser de 15 0/00, — e não seria desejar o impossível, visto que êsse valor está ainda muito distanciado de muitas cidades da categoria de Lisboa — o número de vidas que se poupavam, anualmente, seria de

$$\frac{560.000 \times 6,52}{1.000} = 3.650$$

É difícil dizer com precisão que capital representa a vida humana.

«Se tomarmos, como média arbitrária, o valor um conto-ouro, como quer o americano Riggs — valor do capital representado pela vida dum operário vulgar —, para atender à vida das crianças e dos não produtivos, as economias de capital representadas pelas 3.650 vidas poupadas num ano, equivaleriam a cêrca de 12.650 contos-papel!

«Por aqui se vê que não há nenhum emprêgo de capital que dê um juro comparável ao que dá o capital invertido em obras de saneamento».

### V — Índices da mortalidade, reflexos da saúde de um país

Dentro desta digressão, mas primacial para a finalidade em vista, completarei aqueles dados apresentando o estado confrangedor do resto da Metrópole.

Portugal, ao contrário doutros países europeus, tem o seu índice de mortalidade invertido. — «Ao passo que naqueles o índice de mortalidade das cidades é menor do que nos campos, justamente por virtude das instalações de saneamento a que obriga a grande aglomeração de gente nos centros urbanos», nas grandes cidades portuguesas os seus índices são infelizmente mais elevados:

Índice de mortalidade do Continente.....	19,11
"    "    "    de Lisboa (cidade).....	21,52
"    "    "    do Pôrto (cidade).....	22,71

O grau de saúde de um país mede-se pelo seu índice de mortalidade.

E a nossa Metrópole, numa relação em que estão escalonados 24 países europeus, ocupa o segundo lugar, sendo a sua taxa de mortalidade somente suplantada pelo índice 21,46 da Romania!...

Países	habitantes	mortalidade	por mil
Romania.....	17.600.000	377.646	21,46
Portugal.....	6.219.000	118.000	19,11
Bélgica.....	8.060.000	120.000	16,60
Holanda.....	7.835.000	71.668	9,11

Dois 24 países europeus relacionados no "Anuário Estatístico Internacional de 1930-31", publicado pela Sociedade das Nações, salientamos a Romanina, por nos levar a palma.

Os pequenos países coloniais, a Bélgica e a Holanda, ocupam, respectivamente, o 15.º e o 24.º lugar!

O mesmo raciocínio, aplicado aos factores da equação, em relação ao continente, dava-nos uma economia em vidas de 18.800 cujo valor em papel-moeda seria de 650.000 contos!

Os índices de mortalidade são elevados—sobretudo os três que apresentamos—demonstram iniludivelmente o facies mórbido da nossa Metrópole. E lá, como cá, ou se faz, por planos escalonados, uma judiciosa e salutar política de hidráulica urbana. nas principais Capitais de Distrito e Sedes de Concelho, — ou resvalamos inevitavelmente para índices de mortalidades quasi cemiteriais.

Já o afirmámos e bom é repeti-lo: o facto de, aos olhos do mundo, apresentarmos uma situação tão paradoxal, com respeito a "Urbanismo", a ponto das nossas duas principais cidades metropolitanas terem um índice de mortalidade, a bem dizer cemiterial, em relação a cidades europeias da mesma categoria—não implica, positivamente, que o Estado não esteja resolvido a solucionar a situação desigual do "Urbanismo" em Angola.

No ponto morto, na inércia em que, por mal dos nossos pecados nos encontramos por estas paragens, em matéria do verdadeiro "Urbanismo", é evidentemente forçoso que se saia; ou iniciamos o arranque salutar na sua expressão concreta, ou comprometeremos, num futuro muito próximo, a colonização dos aglomerados, a que somos obrigados a chamar cidades, infelizmente congestionadas, dia a dia, com a chegada de novos colonos.

## VI—Situação do Urbanismo em Angola

Para exemplo, bastam-nos quatro pontos de referência:—Luanda e Mossâmedes, Malange e Sá da Bandeira. As duas primeiras, cidades marítimas, uma ao norte e outra ao sul da Colónia. Uma, a capital deste império, e a outra a chamada Cintra de África.

Luanda e Mossâmedes, com situações privilegiadas, sem pântanos, sem estuários de rios que as comprometam nas suas condições de salubridade, bafejadas pelas brisas tonificantes do quadrante do sudoeste,—os seus índices mórbidos e de mortalidade clamam de uma maneira gritante os deficientísimos apetrechamentos em relação aos momentos problemas de hidráulica urbana.

Com máguia confessamos; vivemos num beco sem saída: Não possuímos censos de população, elementos estatísticos a que possam avaliar os índices, muito interessantes para a maior parte das conclusões a tirar.

Mas, isto é outro problema instantane na política económica de Angola—o dos "Recenseamentos Populacionais".

Luanda, deve possuir actualmente uns 25 mil habitantes; o censo de há dez anos, computava a população em 22.719.

Luanda tem um obituario demasiadamente pesado e fortemente desproporcionado com a sua importância política. Posso afirmar que das cidades, capitais do Ocidente africano, é a que apresenta a taxa de mortalidade mais elevada, a-pesar-da sua privilegiada situação.

O índice médio dos últimos cinco anos é de 42,04—o duplo do de Lisboa (cidade)!—o do último ano—1931—baixou para 41,20.

Todavia Lourenço Marques, com uma população de 37.000 almas (censo de 1927), tem o índice de mortalidade de 22,9—justamente igual ao do Porto (cidade) que na nossa metrópole tem a mais sombria taxa, e, por extraordinária coincidência, representa metade do de Luanda!

Pois bem, a capital de Angola não regista nestes últimos anos qualquer abalo epidémico, ou revivescência mórbida que explique aquela alta mortalidade.

Ficamos, pois, sabendo que em cada ano morre a vigéssima parte da sua população, sendo uma quarta parte deste quantitativo, constituído por crianças de 0 a 1 ano; e seis anos—1.348—crianças falecidas deste grupo!

A tuberculose pulmonar ceifou-nos nestes últimos cinco anos 298 vidas; e ela aí vai numa cavalgada de morte: de quatro em quatro anos as cifras duplicam; e desta peste branca morrem duas vezes mais indígenas do que europeus!

Finalmente, em relação à banalíssima infecção palustre estamos nesta posição:—a capital tem o respeitável índice esplenico de — 34,9 — entre indígenas e de — 25,5 — entre crianças europeias com mais de dois anos de residência na colónia Sim, é facto que

não são índices que vinquem uma super-infecção, ou hiper-ende-mia; mas são índices muito pesados que servem à maravilha para os nossos estadistas meditarem um pouco, na oblíqua situação sanitária desta sacrificada Luanda.

Era só quererem e davam-lhe um geito, pois Luanda tem condições excepcionais para ser uma bela e característica cidade colonial, no ponto de vista do "Urbanismo", e da Higiene Pública.

Afirma-se que ela tem mau clima. Todos nós, — Estado Município, habitantes, à compita paradoxalmente, estragamos-lhe o clima e, ainda por cima, fazemos-lhe más ausências. O mal e a caramunha.

Se me fôsse possível e, nesta emergência, oportuno entrar em pormenores, em verdades de extrema crueza, o que eu poderia referir, Santo Deus!

Estado e Município obstinam-se inertes, persistindo na rotina a respeito do magno problema da política de Água Potável; a maioria dos colonos europeus, ignorando os mais elementares mandamentos do catecismo da higiene individual e colectiva, ensemesmiavam-se no fatalíssimo "deixar correr"; os nativos, cidadãos, em contacto com esta excepcional mentalidade e contagiados por ela, passam calvários de amargura.

Luanda está, pois, no ponto de vista do "Urbanismo", nesta bonita situação: 1.º— Não possui uma racional e científica rede de esgotos; 2.º— Não possui uma adução e um apetrechamento moderno de abastecimento de água potável de harmonia com a sua importância política, histórica e geográfica; 3.º— Não possui iluminação pública no verdadeiro e moderno termo da palavra; 4.º— Não tem fornos incinerados escalonados pela cidade; 5.º— Não tem Bairros Indígenas modelares, etc....

Mas, em contrapartida, — tem largas avenidas e praças, palácios e estátuas, quartéis e igrejas, prédios com as características cores portuguesas, e ainda, até há pouco tempo, um parque de bichos no coração da cidade; e... , para cúmulo de tudo isto, — foi uma cidade condenada a ser a grande, a suprema capital da condeação!

Luanda, a-pesar-do seu coquetismo seródio e superficial, das cores bizarras dos seus edifícios,—é, adentro do conceito do "Urbanismo", um aglomerado amorfo, apático, asténico; — é um organismo de vida superficial, epidérmica, como os organismos infimos da escala animal.

Sem se conhecerem os antecedentes, não se compreende que Luanda, nesta hora alta de progresso,—da electricidade, da aviação, da rádio-telefonia—não possua um potente sistema nervoso central e periférico (uma grande central eléctrica), e daí o seu aspecto apático. Não se compreende, também, que não tenha uma rede arterial completa e sã (um bom abastecimento moderno e eficiente de água potável), e, como consequência desta feita, o seu aspecto linfático, anémico. E, finalmente, não tem um sistema venoso perfeito, para purificação das suas actividades (uma rede de esgotos racional e sanitariamente defensiva), e, por isso, o seu aspecto amorfo quasi escrofuloso, por possuir umas centenas de fossas, 90 % com péssimo funcionamento e duas dezenas de quilómetros de tubos de grés desaguando na baía, quando desaguam, porque muitos ficam a conspurcar e a infectar o solo e o sub-solo, por intermédio de sumidouros ou poços de absorção.

Todos nós sentimos, lateamos esta confrangedora situação; sobre este ponto nada mais acrescentarei.

Mas, se a nossa capital tem esta posição em relação ao seu verdadeiro urbanismo — os principais núcleos populacionais por essa Angola além, afina quasi pelo mesmo diapasão. São por assim dizer o seu reflexo.

A cidade de Mossâmedes, além do seu elevado coeficiente de infecção palustre, como tódas as terras tipicamente portuguesas do litoral angolano, tem mais um alto índice de infecção "lífoide", e "paratífoide".

Registam-se 103 casos de morte pela lífoide e paratífoide nos últimos cinco anos, 36 em 1930 e 22 em 1931.

As lífoides são, em parte, o barómetro do saneamento. É fatal; o fornecimento às populações de águas bacteriológicamente puras, faz desaparecer tódas as doenças de origem hidrica, tífoides, diarreias infantis, disenterias amebianas e bacilares.

Transcrevemos Castro Cabrita: "Observações feitas quasi simultaneamente, na Alemanha por Reinke, e na América por Mill, fizeram reconhecer que o estabelecimento do serviço de distribuição de água pura faz diminuir muito, também, as baixas devidas a outras doenças, incluindo as respiratórias e nervosas. Daí o aparecimento do chamado teorema de Hazen: — "por cada vida que se salva da febre lífoide com uma depuração de águas, salvam duas ou três de outras doenças".

"Teorema que as estatísticas demonstrem".

Sá da Bandeira e Malange; terras planálticas, influenciadas pelos climas de altitude e continental. A despeito da fama, estão em condições de inferioridade a certas pequeninas vilas, como a Vila Teixeira da Silva no Bailundo, onde há luz a jorros e perto de mil litros de água pura, por habitante e por dia!

Pois bem; a mais jovem cidade de Angola, recebeu a sua crisma há bem pouco tempo. E na verdade, Malange não possui nem esgotos, nem água, nem luz! As próprias autoridades médicas não têm escapado às gravíssimas infecções amebianas!...

## VII — Recomendações para a Urbanização dos grandes centros populacionais de Angola

Julgo não haver actualmente ninguém que não esteja convencido que a saúde é a suprema aspiração de todos e que todo o capital invertido em trabalhos técnicos para a conservação daquele supremo bem e para a preservação das doenças, constitue uma sagrada política de Salvação Pública.

Adentro dos básicos princípios do "Utilitarismo", e da "economia", — assentam à maravilha as paredes mestras deste grande e instantâneo edifício do "Urbanismo", em Angola.

- a) Elaboração científica dum programa em conjunto;
- b) Unidade de Acção;
- c) Divisão e qualificação dos trabalhos técnicos;
- d) Adaptação às condições regionais e locais.

Dentro do âmbito essencialmente técnico, o sr. engenheiro Castro Cabrita, autoridade no assunto, pôs o problema da política da hidráulica urbana na melhor posição que pode conceber um autêntico valor científico. E devo afirmar que as suas recomendações finais estão realmente de harmonia com as conclusões a que têm chegado os diferentes congressos e conferências internacionais de Higiene Rural e Urbana.

Com ligeiras alterações o plano geral de conjunto que recomenda para a política de Saneamento na Metrópole pode ser aplicado em Angola.

S. Ex.<sup>a</sup> aconselha e recomenda:

"Pelo que se refere à parte técnica da questão, somos partidários da campanha sob um comando único, não se admitindo nele a interferência da parte flutuante das câmaras municipais, justamente, pelas flutuações a que os caprichos dos vereadores delas sujeitam a solução de problemas, que são estruturalmente técnicos. Apesar de estarmos afeitos a que todos se julguem insuflados do dom naturalíssimo de poder apreciar assuntos desta natureza.

"Um organismo do Estado — junta, administração ou direcção geral, instituto nacional... o que quizerem, o nome pouco importa — trabalhando em constante ligação com a Direcção Geral de Saúde, teria a seu cargo a gestão de tudo quanto dissesse respeito ao abastecimento de águas e à evacuação dos esgotos.

"Seria das suas atribuições:

— Estabelecer um plano geral das obras a executar;

a) Estudando as reservas hidrologicas do país;

b) Elaborando os projectos técnicos e financeiros relativos a cada uma das instalações a criar, e ao alargamento das actuais;

c) E fixando a sua ordem de execução;

— Appreciar os projectos apresentados pelas câmaras que não recorressem à assistência técnica deste organismo, desde que os mesmos estivessem dentro do plano geral estabelecido, sem o que não poderiam ter execução.

— Aconselhar o Governô na concessão das subvenções às câmaras que as solicitassem para realizar estas obras. Não perdendo de vista que a ordem de execução preestabelecida pode ser alterada por qualquer acidente no estado sanitário de uma povoação.

— Dirigir e fiscalizar os trabalhos de construção das instalações de águas e de esgotos.

— Estudar o aproveitamento destes e a maneira de evitar que eles contaminem os cursos de água.

— Fiscalizar a exploração dos serviços de abastecimento de águas, e a dos esgotos, quando aproveitados.

— Estudar as medidas legislativas relativas aos mesmos serviços, de modo a torná-las uniformes ou proporcionadas a todas as povoações.

— Inspeccionar periódicamente as zonas de captação, e estudar o seu repovoamento florestal e a sua protecção.

— Normalizar os materiais e diferentes produtos empregados nas instalações, evitando que haja diferenças muito grandes entre elas, algumas das quais afectam a sua eficácia em determinados sentidos.

— Elaborar os projectos de alargamento das povoações que não dispusessem de estudos de urbanismo dignos de atenção, visto a necessidade de projectar redes que satisfaçam dentro de largo intervalo de tempo.

Junto desse organismo funcionaria um laboratório encarregado de:

— Prosseguir com as pesquisas hidrogeológicas.

— Recolher e examinar todos os dados relativos ao solo e à água.

— Vigiar metódica e constantemente a qualidade das águas de consumo de todas as povoações.

— Investigar novos processos de tratamento de águas e de

esgotos, e a qualidade dos materiais empregados nas respectivas instalações.

— Vigiar os líquidos dos esgotos.

Os resultados de toda essa actividade técnica e científica seriam publicados sucessivamente sob a forma de comunicações e relatórios.

"Pelo conjunto de trabalhos a cargo de tal organismo se depreende que, tendo um carácter acentuadamente técnico, exige, além do trabalho dos engenheiros, o concurso de geólogos, higienistas, químicos, bacteriologistas, architectos e agrónomos.

"Vejam, agora, o aspecto financeiro da questão:

"O concurso financeiro do Estado poderia electivar-se por qualquer dos seguintes modos:

"1— Contribuindo para as despesas de elaboração dos projectos, visto que estes, embora feitos por um organismo de Estado, deveriam ser pagos pelas câmaras municipais, mas só depois das respectivas instalações estarem em exploração.

"(Sabe-se que, hoje, muitas câmaras se vêem impossibilitadas de levar a efeito tais estudos, por falta de meios).

"2— Fornecendo às câmaras, a baixo juro, os capitais necessários ao primeiro estabelecimento das instalações.

"3— Ou participando do pagamento dos juros dos empréstimos feitos na Caixa Geral de Depósitos, chamando a si uma parte tal que desse possibilidade às câmaras de estabelecerem as suas instalações, sem ficarem financeiramente asfixiadas.

"4— Participando dos riscos da exploração, e dando garantia de juro aos capitais invertidos, cobrindo, se preciso fôsse, os déficits, sob a forma de subsídios."

"Só assim — conclue o engenheiro Cabrita — se poderá realizar com seqüência um programa que, pelo custo mínimo, garanta o saneamento geral do País, orientado por uma entidade autónoma, livre portanto das influências prejudiciais da política, e permitindo uma continuidade de esforços que assegure a especialização dos seus técnicos. Ao mesmo tempo que deixará de ver-se interromper obras começadas, porque uma mudança na estrutura de uma câmara faz desviar as suas atenções noutro sentido, ou porque a falta de disponibilidades impede de as concluir."

E, finalmente, como seqüência e síntese deste magnífico problema de Salvação Pública, concluirei por afirmar:

— O "direito à Saúde", das populações urbanas em Angola não é já um postulado, é por assim dizer um axioma imperativo; mas o "direito à Saúde", tem como corolário imediato — o dever também imperativo da intervenção dos Poderes Públicos.

SALUS POPULI, SALUS DEI

## MOÇAMBIQUE



Uma atitude de beleza duma miss africana

# Página literária

**S**ANDRAMO via regaladamente em terras do Luabo, conformado com a sua sorte e bem disposto com uma vida que lhe corria propícia. Trabalhava a mulher e ripançava êle como é de uso nos casais gentios em que reina boa harmonia. Aos sábados embriagava-se metódicamente e dançava um

batuque furioso em que era exímio. De tempos a tempos saía à caça. Neste ritmo a vida era-lhe saborosa e dava-lhe a impressão de ser mais para êle do que para os outros o sol que nascia todos os dias.

Mujaca — a esposa paciente e fecunda — parecia não achar mal o rodar do mecanismo. Era assim com os outros casais — tinha sido sempre assim com os pais dos pais e os avós dos avós. Ela era, atavicamente, biologicamente, como as outras mulheres: animal de trabalho e procriação.

No amor conjugal de Sandramo pairava o sentimento utilitário do parasita. Era também assim com os outros — e êle não podia deixar de pensar que o mundo estava perfeitamente bem organizado.

Mujaca era, para êle, como a sua casa, os seus carneiros, as suas armas, uma propriedade de rendimento — mais de rendimento do que de prazer.

Na mesma *libata* viviam a mãe e uma irmã do Sandramo — esta outra trabalhadeira afanosa que perdera o marido e que, unida ao casal, lhe engrossava os rendimentos.

E assim despontou o mês de Janeiro daquele ano moço de 1932. Calor de brazeiro sobre paisagens febris — dêsse que tem reverberações nervosas no ar e deixa os vegetais estarecidos e apáticos.

Por sobre o calor tombavam amiúde chuvadas torrenciais que a terra bebia sófregamente.

Andavam então as mulheres atarefadas nos trabalhos de cultivo enquanto os homens dormitavam em pesada modorra com o cachimbo apagado entre a grossa beíçola.

Batía o sol de chapa na pele resistente das lavradouras que luziam como ébano polido.

De tanta chuva, tão abafante calor e copiosas investidas do mosquito resultou um andaço cruel que matava a torto e a direito. Caíam as mulheres repentinamente varadas pelo mal desconhecido na região e, sem mais darem acôrdo de si, finavam-se a maior parte das vezes.

Uma das primeiras a tombar foi a mãe do Sandramo.

Para o preto, menos exigente que os cientistas curiosos, o mal tinha uma explicação fácil: era fei-

## Feitiço

POR ANGELO DINIZ

MARÇO 1933

tiço — não podia, evidentemente, deixar de ser feitiço.

O Sandramo apavorou-se: Talvez um pouco por amor filial, imensamente pelo prejuízo que lhe acarretava e por outros que previa se também a irmã e a mulher viessem a ser acometidas pela doença assassina, não hesitou: Foi-se à *libata* da velha Atija

— a mais famigerada feiticeira da região.

Todos a temiam pelos seus feitiços mágicos mas também era verdade que se contavam curas maravilhosas que tinha feito. Uma vez que Atija quisesse estar com êle o Sandramo estava salvo.

Recebeu-o a feiticeira com toda a grotesca solenidade e impressionante ritual.

Era feitiço que tinham feito à mulher. Atija o disse e Sandramo o teve como tão verdadeiro como o sol que o iluminava.

Com as suas artes mágicas, de transcendent ritos e uma beberagem turva cuja côr agonizava, fez arribar a velha.

E o Sandramo não se admirou. Atija tinha poder para fazer todo o bem e todo o mal.

Nessa noite um batuque festivo saudou a convallescente.

No dia seguinte o andaço investiu com a irmã do preto. A mesma síncope fulminante, o mesmo brazeiro em todo o corpo, a mesma insensibilidade cadavérica.

Assustou-se menos o Sandramo contando com os feitiços de Atija. E novamente meteu pernas a caminho em cata da bruxa.

Mas fôsse porque fôsse — talvez melindrada por não ter sido recompensada como esperava — Atija recusou-se a tratar a preta. Foram inúteis rogos e promessas. Olhava impassivelmente para o Sandramo e respondia sistematicamente:

— Não!

Sandramo abalou desorientado. Na sua *libata* a irmã piorava a olhos vistos. Em poucos dias estava morta.

E como para o preto ninguém morria senão por feitiço ou porque o espírito dum varão ilustre já falecido o determinou, o Sandramo começou a emprender no caso e depressa descobriu que a irmã não podia ter deixado de morrer senão por via de sortilégios da bruxa.

E de raciocínio em raciocínio acabou por ver claro na questão: Atija tinha salvo a mãe passando a doença desta para o corpo da irmã. Estava tudo explicado.

(Conclue nas páginas 20 e 21)

# A campanha contra os alemães

## em Moçambique

Para bem da história—que é para bem da verdade—torna-se preciso estudar o documentário desta campanha

PELO TENENTE MÁRIO COSTA

N. R.—É com o maior prazer que publicamos este artigo do sr. Tenente Mário Costa, valor colonial por quem temos uma consideração que mais duma vez temos demonstrado. Não concordamos com o seu livro mas a nossa discordância que noutra número defenderemos mais largamente, não desmerece o sr. Mário Costa nem lhe nega o direito de dizer da sua justiça o direito que desejamos seja perfeitamente igual ao nosso. Não lhe recusaremos mesmo, lealmente, a razão quando nos convenceremos de que a nossa vale menos.

**A** *Portugal Colonial* de Dezembro transacta insere a apreciação dos meus dois trabalhos *Como fizeram os portugueses em Moçambique* e *É o Inimigo que fala*.

A agradecer sinceramente e bem.

Para o primeiro daqueles trabalhos é a *Portugal Colonial* extremamente elogiosa, até demasiadamente elogiosa, devendo andar em ambas as apreciações palavras do ilustre camarada—ilustre a todos os títulos—Henrique Galvão.

Sobre o segundo daqueles livros, que é o que interessa para o assunto d'este artigo, transcrevo parte do que lá se diz:

«... pareceu-nos um livro inoportuno, vindo trazer a lume uma série de acontecimentos a que o tempo ainda não concedeu maturação suficiente para sobre eles se fazer um juízo definitivo e que não se apresentam nem honrosos nem dignos do Exército Português—êsse mesmo exército que se bateu na Grande Guerra».

\* \* \*

Ora, *É o Inimigo que fala* teve apenas em vista apresentar documentação do inimigo, atribuída ao comando alemão na África Oriental, o heróico Von Lettow.

Por isso mesmo é que o livro se intitula *É o Inimigo que fala*.

Se quisesse fazer história, o caso iria mais longe e a forma seria outra.

Por agora, no livro em referência, limitei-me a apresentar subsídios, não tanto para o estudo da guerra, como pode apenas parecer, mas como se lê na *Revista Militar* (1) que apreciou o trabalho, em síntese, da seguinte forma:

«... ainda quando cuidarmos atentamente duma reorganização do Exército Português, realizando justamente a unidade dos actuais exércitos, metropolitano e colonial, encontraremos ensinamentos e subsídios para êsse estudo na obra do Tenente Mário Costa...»

ou, ainda, como diz prefaciando o livro, o Coronel do Estado Maior, Sr. Azambuja Martins (antigo Chefe do Estado Maior da expedição General Gil e Oficial de ligação):

(1) *Revista Militar*, n.º 9/10 de Set./Out. 1932.

«... ela (a campanha) não se presta a exaltações de glória militar, mas sim a despertar o estudo e metódica preparação militar para obter mais e melhor rendimento do soldado indígena, evitando improvisar expedições».

\* \* \*

Discuto o que diz a *Portugal Colonial* quando afirma que o livro veio trazer a lume uma série de acontecimentos a que o tempo ainda não concedeu maturação suficiente para sobre eles se fazer um juízo definitivo e que não se apresentam nem honrosos, nem dignos do Exército Português, etc.

Os acontecimentos referidos no meu livro não os catalogo nem ninguém os deve catalogar como honrosos ou dignos, ou pelo lado contrário.

São apenas da guerra.

E mesmo um exército, não se honra nem se dignifica exclusivamente com vitórias. Isso é quando a gente é menino que só nos contam glórias!

Dignifica-se e honra-se, por bem servir e, corolariamente, *bem cumprir*.

\* \* \*

O ambiente, o meio—e no caso da campanha da África Oriental, o moçambicano e o da Metrópole—lêm forçosamente de entrar nas parcelas das conclusões, como causas de tôdas as modalidades de uma guerra: directas, indirectas, imprevisas e de momento.

Note-se e bem: *de momento*.

Mas—e falo como tropa—pela leitura dos nossos Relatórios tem de considerar-se que houve nesta campanha contra os alemães, um bem vincado ambiente de desgraça, pleno de fatalidades, uma série de circunstâncias que permitem justificar o que, de relance, levianamente, sem análise militar, *à paisana*, pode ter parecido apenas derivado de inaptidão ou incompetência—para ser claro e sério.

¿Por que não houve vitórias? ¿Por que não houve glória?

Alguns excerptos de Relatórios nossos, podem-no explicar. E neste caso já não é o *inimigo que fala*...

Somos nós mesmos que fazemos a *nossa* história.

Atente-se, medite-se nestes excerptos, ainda inéditos:

## Sóbre o estado sanitário

... *Companhia*—«... doença proveniente das muitas privações que de há muito vinham experimentando: fome, sede, calor e frio. De tódas as unidades expedicionárias era a que vinha desde Junho em marchas sucessivas de um para outro ponto; e, de tódas as que faziam parte da coluna, a que tinha mais serviços anteriores na viglância de fronteiras e em contínuo bivaque de alarme...»

«... No dia 15 de Novembro, ao assumir em Nangoma (Lulindi) o comando da chamada «Coluna de Massassi», o Sr. major Cunha, o estado da companhia do meu comando era verdadeiramente lastimoso...»

«... podia o mesmo Ex.<sup>mo</sup> Comandante contar com a boa vontade dos meus oficiais que até aqui nunca haviam abandonado os soldados, não obstante o seu esgotamento físico pelo facto de há quatro meses se não descalçarem e dormirem no chão...»

«... Devo dizer a Sua Ex.<sup>a</sup> que o estado da companhia é por tal forma lastimoso pelo muito que dela se tem exigido, que já não é uma companhia: é sòmente um grupo de esfarrapados e de extenuados...»

«... O estado sanitário das praças indígenas deixa muito a desejar pelos seguintes motivos: o estado deplorável do fardamento, a falla absoluta de agasalho, pois não têm um único pano para se cobrirem durante a noite... Falta completa de medicamentos, havendo muitas praças sem curativos, cheias de feridas pelas pernas...»

«... As praças que baixam ao hospital ficam ainda com a sua saúde mais despauverada. Atribuo isto, à situação verdadeiramente assombrosa do Hospital Provisório, junto à praia, cercado de depósitos de géneros, alguns destes em mau estado, tendo à retaguarda o vasto espaço pantanoso coberto de dejectos e, à frente, a própria praia de que as praças europeias e indígenas fazem uma grande sentina...»

«... Por uma junta médica que inspecionou todos os soldados indígenas foram nesta companhia, julgadas como necessitando ser evacuadas, 88 praças...»

«... A grande maioria dos diagnósticos tem sido impudismo e disenteria. Praças há que baixaram, durante este mês, três vezes ao hospital...»

## Sóbre o fardamento

«... No geral tódas as praças se apresentaram quasi nuas e com o moral abatido...»

«... e outro tanto acontece com alguns soldados que fazem uso de panos de tenda com grave prejuizo para a Fazenda...»

«... Há praças indígenas que não têm fardamento, fazendo todo o serviço com bocados de linhagem a servir de tanga, não tendo aspecto de soldados, chegando a confundir-se com carregadores...»

«... alguns europeus andam quasi descalços. A maioria das praças indígenas, cobre-se de noite com as esteiras, por não ter manta-capote ou qualquer outro abrigo...»

«... Seria, pois, de toda a conveniência, que os soldados indígenas trouxessem, pelo menos, as pernas protegidas de alguma forma, sendo recomendável o uso obrigatório de grevas, à semelhança do que fazem ingleses e alemães, sempre dotados de uma boa orientação prática...»

## Sóbre a alimentação

«... Antes mesmo de chegar a Mocimboa do Rovuma e desde o primeiro até ao último dia em que comandeie o sector, tive sempre, perante mim, o espectro da fome e, algumas vezes, a realidade, para as praças indígenas da guarnição. Esta situação já durava há muitos meses, quando ali cheguei...»

«... Quantos dias passaram aqueles desgraçados a meia ração e sem ração alguma é que eu não posso fixar; mas o estado de anemia das praças da 17.<sup>a</sup> Companhia Indígena, a percentagem de doentes e cegos, os relatórios do médico e dos comandantes daquela unidade, tudo atesta que foram muitos!...»

«... A alimentação fornecida pelo depósito de viveres do destacamento é de péssima qualidade e as percentagens não são as suficientes e as indicadas pelo Regulamento de Subsistências. O vinho é mau. A água que vem de depósitos superficiais, a 5 quilómetros de distância, a oeste do destacamento, é também de má qualidade e pouco agradável. Esta deficiência na alimentação, a qual é igual para todo o pessoal, traduz-se no abatimento físico e moral da tropa...»

«... O pão, às vezes, chegava com bolor e a carne não vinha por os bois abatidos terem sido considerados impróprios para a alimentação; às reclamações sóbre o assunto, as instâncias responsáveis, ficavam pelo menos indiferentes...»

## Sóbre a falta de auxiliares

«... Solicito a V. Ex.<sup>a</sup> enérgicas providências... Sendo de maior necessidade a nomeação de um 1.<sup>o</sup> sargento da Província para responder pela companhia, pois que todos os outros só pensam em ir-se embora e quando se lhes exige trabalho, estão doentes e nada querem fazer, porque também nada sabem fazer...»

«... A companhia não tem um sargento capaz de responder por ela, fazendo falta um sargento que saiba escrever. Não lhes falta boa vontade, mas...»

## Sóbre o pânico

«... ¡Só vi uns grupos de soldados no lado esquerdo em monte, já deitados e separados da flecha e de parte da extrema guarda avançada, cobertos com o mato, fazendo fogo ao acaso e em tino algum, possuídos de verdadeiro pânico!...»

«... Era despejar cartuchos com a cabeça escondida atrás do parapeto e com os olhos em mim em vez de olharem para o inimigo. Vendo que nada conseguia da maioria, para de algum modo os afoitar, mandei pôr sóbre o parapeto todos os sacos da ração dos indígenas e dos carregadores, a servir de barretes, o que lhes deu um pouco mais de ânimo, conseguindo então que uma parte, com a cabeça a coberto, desse à arma, ao menos... na direcção do inimigo...»

«... em poucos dias e antes do avanço sóbre Lulindi, com baixa aos hospitais de Palma, mais de 1.000, a quasi totalidade das forças europeias há pouco chegadas e ainda sem combates, e um grande número de oficiais e sargentos. Por outro lado, a chegada às unidades que operavam na frente, das ordens do Quartel General da Expedição peçadas de listas de nomes de oficiais, sargentos e outras praças, muitas nunca saídas de Palma, outras apenas desembacadas, que as juntas mandavam retirar com destinos vários—levavam desânimo a muitos não indígenas...»

«... O bombardeamento foi feito por tiros isolados de 4 em 4 minutos, caíndo sóbre as nossas forças 33 granadas que causaram pequenas baixas. As companhias indígenas, que estavam em formação, abrigaram-se rapidamente, e sem grande pânico, com as deformidades do terreno e rochedos que ali havia em abundância, tomando posições e entrincheirando-se, prontas a defender-se dum ataque calculado da infantaria inimiga. Os europeus apavoraram-se mais, bastantes fugiram, só parando em Mocimboa do Rovuma, fazendo esse trajecto com rapidez espantosa...»

## Sóbre o material

«... Verificou-se, durante o combate, que muitas das espingardas 6<sup>m</sup>/K m/86 que estavam distribuídas às praças, bem como as munições—pólvora com fumo—não funcionaram como era para desejar, pois que, com frequência se encravam, devido principalmente à má qualidade dos cartuchos (fendidos) e ao muito uso dos extractores que não agarravam nos cartuchos para os extrair; defeitos estes que muito se fizeram sentir...»

«... homens a distribuir petróleo e marlelos para abrir culatras durante o combate de Nangadi...»



São estes pequenos nadas que marcam tôdas as campanhas.

São as palavras escritas nos intervalos da luta, nas horas de descanso breve, que hão de fazer a verdadeira história desta campanha contra os alemães na África Oriental.

Porque se espera?

Pelo tempo?

Se é isso só, já se esperou de mais.

\* \* \*

Alguns artigos tenho escrito para a *Revista Militar* (1) sobre a campanha da África Oriental.

O meu pensamento ao escrevê-los foi apenas este: mostrar algumas acções que é preciso fazer realçar, obrigando ao preito de gratidão pelos mortos da guerra em Moçambique e distinguindo os vivos nos seus actos de abnegação—que os houve—e de sacrifício pela Pátria—que não faltaram (2).

Por isso a dedicatória do *É o Inimigo que fala: A memória dos mortos e à gloriosa amargura dos vivos que se bateram na campanha da África Oriental*.

É que eu não me esqueço que pertenço ao Exército e que também *fiz a guerra*.

(1) Títulos dos artigos:

«A Grande Guerra na África Oriental», n.º 9/10 de Set./Out. (1928).

«Nangadi», n.º 5/6 de Maio Junho (1929).

«O primeiro combate de Negumano», n.º 3/4 de Março/Abril (1930).

«A coluna de socorro a Nevala», n.º 3/4 de Março/Abril (1930).

«Da travessia Nevala-Nangadi», n.º 5/6 de Maio/Julho (1930).

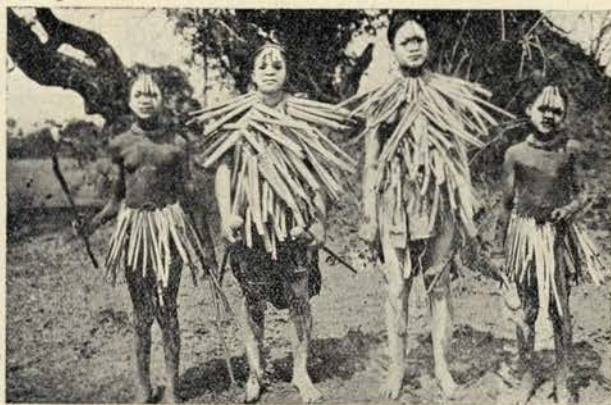
«Efemérides da Grande Guerra na África Oriental», n.º 7/8 de Julho/Agosto (1930).

«Um relatório de paz em tempo de guerra», n.º 5/6 de Maio/Junho (1931).

Além de outros que ainda não foram publicados e já entregues àquela Revista.

(2) Infelizmente são desconhecidas da *multidão* algumas acções importantes, apenas divulgadas em meia dúzia de artigos de jornais—onde quasi sempre a fantasia, tentando elevar a acção, conduz à dúvida—a outra meia dúzia de leitores. Esquecem-se os reconhecimentos do Rovuma, a travessia deste rio, a tomada da Ribeira de Nevala, a defesa da água, a retirada de Nevala—principalmente esta última acção—que apenas tem sido tratada na sua precipitação e não na sua *execução*; a valentia, o moral, de algumas fracções em Quivambo, etc., etc.

## ANGOLA



Feiticeiros

# Grande Exposição Industrial Portuguesa

1932

## Secção Colonial

Relação das recompensas obtidas pelos expositores particulares:

### Angola

**Grande Prémio de Honra**—Companhia dos Diamantes de Angola, Companhia dos Caminhos de Ferro de Benguela, Sociedade Industrial de Tabacos de Angola, L.<sup>da</sup> «Sital», Companhia Geral de Angola.

**Medalha de Ouro**—Imprensa Nacional de Angola (três), Empresa Gráfica de Angola (três), Missões dos Padres do Espírito Santo, Herculano Ferreira, L.<sup>da</sup>, Companhia Agrícola de Angola, Sociedade das Minas de Cobre do Bembe, Câmara & C.<sup>a</sup>, Companhia Colonial de Navegação.

**Medalha de Prata**—Plantações de Coimba, L.<sup>da</sup>, Ricardo Pires & C.<sup>a</sup> (duas), João Martins, L.<sup>da</sup>, Caminho de Ferro do Amboim.

**Medalha de Cobre**—Herculano Ferreira, L.<sup>da</sup>.

**Menção Honrosa**—Herculano Ferreira, L.<sup>da</sup>, Ferreira Sopas & Beja, L.<sup>da</sup>, A Resistente, José Lourenço.

### Cabo Verde

**Grande Prémio de Honra**—M. Ribeiro de Almeida.

**Medalha de Prata**—Sociedade de Tipografia e Publicidade L.<sup>da</sup>, M. Ribeiro de Almeida, Herdeiros do Dr. José A. Ferro, Sociedade Ultramarina de Conservas, L.<sup>da</sup>.

**Medalha de Cobre**—José de Matos, L.<sup>da</sup>, João Baptista Pires de Oliveira, Salinas de Cabo Verde.

### Guiné

**Medalha de Prata**—João Lima Gomes.

### Índia

**Medalha de Ouro**—Direcção dos Serviços Agrícolas da Índia, Imprensa Nacional da Índia (duas), Costa & C.<sup>a</sup>, Cooperativa Industrial de Margão, Juffer.

**Medalha de Prata**—Gonpot Xencor Torney, Empresa Industrial da Índia, Josephine Hongaz, Narana Ganaxa Zantié.

**Menção Honrosa**—Cooperativa Industrial de Margão.

### Macau

**Medalha de Ouro**—Imprensa Nacional de Macau, M. N. Fernandes & Filho (duas), Fábrica de Cimentos da Ilha Verde, K. C. Poon, Colégio Santa Isabel, Pon-Va-Cheang, Kuong-Cheong-Seng, Kuong-lee-Heong, Tai, Iec-Mow.

**Medalha de Prata**—On-Tai, Kuong-Hing-Chong, Kuong-Mei-Chang, Wing-Sing-Song, Kuong-Man-Cheong (duas), Kuong-lee-Heong, Iong-Moc-Tong, Ho-To-Tong, Hip-Heong, Son-Tong, Pak-Cung, Kuong-Inen, Tai-Kuong-Seng-Kei, Tong-Heng, K. C. Poon, Fábrica de Tejolo da Ilha Verde, The China Metal & Co. Ltd.

**Medalha de Cobre**—Chong-Seng-Cheng.

**Menção Honrosa**—Chu-Kei, Chum-San, Iong-Sen, Iec-Kei, K. C. Poon, Chan-Tong, Colégio São José, Colégio Santa Isabel, Hop-Shing-Loong, Farmácia Popular, Seung-Wing-Hing, Chun-Lung-Hing, Nom-Hang, Chang-Shing-Ping, Ching-San, Tat-Cheong.

### Moçambique

**Grande Prémio de Honra**—Monteiro de Barros, L.<sup>da</sup>.

**Medalha de Ouro**—Imprensa Nacional de Moçambique (duas), Minerva Central, Fábrica de Cimentos Portland de Moçambique, Missão de Magude (três), Missões dos Padres Franciscanos (duas), Armando Teixeira Rebelo, Fábrica Nacional de Moagem e Massas Alimentícias, L.<sup>da</sup>, Sena Sugar Estates, Ltd., Empresa Agrícola da

# Uma "Conferência Imperial"

Reúne-se em Lisboa no próximo mês de Maio a primeira Conferência do Império Português

Foi publicado o seguinte Decreto cujo texto dispensa comentários:

**A** política colonial adoptada e seguida, lenta mas persistentemente, nos últimos anos, impõe uma modificação radical dos métodos de administração até agora seguidos. No ano passado o Ministro das Colónias, realizando uma aspiração que, logo em 1911, nos aparece expressa no relatório apresentado ao Congresso pelo Ministro Cerveira de Albuquerque, visitou as colónias de S. Tomé, Angola e Moçambique, discutindo os respectivos orçamentos com os serviços interessados e realizando reformas importantes na organização administrativa.

É preciso que o contacto assim estabelecido se não quebre. Dentro da orientação traçada é necessário que a revisão dos orçamentos coloniais, que representam a base sobre a qual se assenta toda a administração durante um ano, não só continue a fazer-se por meio de discussão directa em relação a Angola e Moçambique, mas também que se alargue a todas as mais colónias.

Na verdade a severidade na revisão dos projectos dos orçamentos coloniais feita pelo Poder Central, no sentido de garantir o equilíbrio financeiro, é, cada vez mais intensamente, uma necessidade da administração colonial portuguesa.

Os projectos de Orçamento são ordinariamente elaborados muito cedo — para serem enviados ao Ministério das Colónias, onde, depois de relatados e de discutidos pelos órgãos competentes, são aprovados pelo Ministro, e em seguida devolvidos às colónias para terem execução.

Esta revisão não tem assim um aspecto prático: os ajustamentos são difíceis por serem realizados longe das vistas e da influência imediata das entidades que hão-de observar as verbas inscritas.

A experiência colhida na visita ministerial efectuada nos termos do decreto n.º 21.060, de 6 de Abril de 1932, mostrou que a discussão do orçamento com os chefes responsáveis pela sua execução permite que estes esclareçam importantes aspectos dos problemas que lhe estão confiados e marquem uma orientação definida, defendendo-a em face das necessidades ambientais; os números tomam, nas discussões que se travam com os próprios interessados na direcção dos serviços, uma significação diferente da que têm, quando examinados à distância de milhares de quilómetros: não pode obter-se este resultado quando as entidades que têm de cumprir os orçamentos estão para baixo do equador, a muitos dias ou semanas de Lisboa.

Neste momento o contágio directo entre os órgãos superiores da administração colonial e os órgãos locais, só pode estabelecer-se, chamando ao Terreiro do Paço os Governadores das Colónias para seguirem e defenderem os seus orçamentos para o futuro ano económico.

Assim se evitarão demoras e atrasos na aprovação dos Or-

Lugela, L.<sup>da</sup>, Sociedade dos Sabões da Munhava, L.<sup>da</sup>, Companhia Colonial do Buzi, Sociedade Mineira e Geológica do Zambeze (duas), Companhia de Moçambique.

**Medalha de Prata**—Caminhos de Ferro da Beira, Fábrica Nacional de Moagem e Massas Alimentícias, L.<sup>da</sup>, Missão de Magde, Minerva Central.

**Medalha de Bronze**—Companhia Colonial do Buzi, D. Ana Neves.

## S. Tomé

**Medalha de Ouro**—Roça Boa Entrada.  
**Medalha de Prata**—Roça Boa Entrada.

## Timor

**Medalha de Ouro**—Escola Municipal de Dili, Missões dos Padres do Espírito Santo.  
**Menção Honrosa**—Escola Municipal de Dili.

çamentos, que são uma das grandes dificuldades com que tem de lutar a administração colonial.

A voz das colónias longínquas elevar-se-há assim, em um interesse vivo, nas repartições do seu Ministério, dando às respostas orçamentais uma força que os relatórios, as informações, as justificações, escritas de longe, lhes não podem transmitir.

Razões importantes de ordem política aconselham que, aproveitando-se esta oportunidade, se reúnam em Lisboa os Governadores Coloniais, realizando, se assim se pode dizer, a nossa primeira Conferência Imperial.

Há na verdade um certo número de problemas de interesse comum que em comum convém regular. As colónias portuguesas têm até agora trabalhado como corpos que em nada dependem uns dos outros, ignorando-se na sua acção.

Têm que passar a agir como partes integrantes de um mesmo conjunto. Na Conferência a que se alude serão postos e discutidos os problemas que a todos interessam. E assim o Império Colonial Português aparecerá aos olhos do país na sua perfeita unidade.

Nestes termos hei por bem decretar o seguinte:

**Artigo 1.º** Em Maio de 1933 reunir-se-hão em Lisboa os Governadores Gerais de Angola, Moçambique, e Estado da Índia e os Governadores das Colónias de Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe, Macau e Timor.

**§ 1.º** Os Governadores chamados nos termos deste artigo, poderão fazer-se acompanhar, com o assentimento prévio do Ministro das Colónias, do Chefe de Serviço de Fazenda Colonial ou do Chefe de Serviço que mais qualificado se ache para a discussão do Orçamento, desde que a sua ausência não cause prejuízo aos respectivos serviços.

**§ 2.º** Os funcionários a que se refere o § antecedente não podem demorar-se na Metrópole, depois de concluídos os trabalhos para que foram chamados, mais de que o tempo que decorrer até ao primeiro transporte de regresso à colónia a que pertencerem, salvo se ao góso de licença graciosa tiverem direito. Desde a saída da colónia até ao regresso ser-lhes hão pagos os vencimentos legalmente estabelecidos para os funcionários na situação de chamados à Metrópole.

**§ 3.º** O Ministro das Colónias pode dispensar o Governador da Guiné de assistir à reunião a que se refere o presente artigo.

**Art. 2.º** Durante a estada em Lisboa dos Governadores Gerais e das Colónias referidos no artigo anterior, o Ministro das Colónias discutirá com eles os projectos de orçamento para 1933-1934 que tiverem apresentado, decidindo as questões que lhes estiverem ligadas.

**Art. 3.º** As resoluções que o Ministro das Colónias tomar sobre cada um dos pontos levantados na discussão dos projectos de Orçamento, constituirão o conjunto de alterações que os serviços de Fazenda de cada colónia introduzirão nos projectos, convertendo-se em orçamentos definitivos, nos termos legais.

**§ 1.º** Consideram-se aprovados definitivamente os projectos orçamentais na parte em que não incidir resolução ministerial expressa.

**§ 2.º** As resoluções referidas no presente artigo que importarem alterações nos projectos orçamentais, serão publicadas em portaria ministerial, a inserir no *Diário do Governo* e no *Boletim Oficial* da colónia respectiva, para efeito da parte aplicável do art. 26.º do decreto n.º 17.881, de 11 de Janeiro de 1930.

**Art. 4.º** Continuam sujeitos às disposições legais em vigor, os projectos de orçamento coloniais cuja discussão na Metrópole não tenha sido feita com os Governadores das respectivas colónias. Ao projecto de Orçamento da Guiné para 1933-1934, já discutido com o respectivo Governador, aplica-se a disposição do artigo anterior.

**Art. 5.º** O Ministro das Colónias reunirá, no mês de Maio, em conferência, todos os Governadores Coloniais presentes em Lisboa para tratar e resolver interesses comuns das colónias.

**§ único.** A Conferência dos Governadores referida no presente artigo, assistirão o Secretário Geral, os Directores Gerais do Ministério das Colónias, os membros do Conselho Superior das Colónias que o Ministro ou os Governadores entendam conveniente, e um funcionário em serviço no Ministério das Colónias que, sem remuneração especial, secretariará os trabalhos.

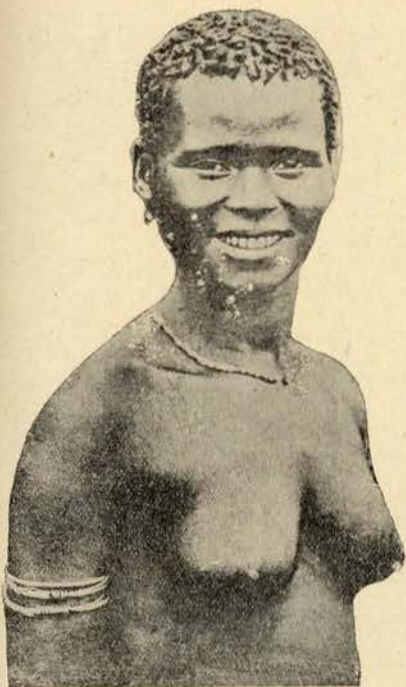
**Art. 6.º** Revoga a legislação em contrário...

## ESCOLA SUPERIOR COLONIAL

Vai, finalmente, abandonar as escassas salas da Sociedade de Geografia, em que estava alojada, a Escola Superior Colonial. Quer pela sua importância, quer pela frequência que tem a escola, não podia, realmente, continuar a funcionar nas condições actuais.

O novo edifício, se bem que, com carácter provisório ainda, reúne todavia magníficas condições para a instalação desta importantíssima escola.

# MULHERES NEGRAS



Uma virgem moçambicana, uma *muila* alegre e maternal e uma *mucandona* do Amboim garrida e «coquette» como qualquer branca elegante.

São três tipos puros que na sua genuinidade não alterarão, decerto, os pontos de vista daqueles que as detestam nem os daqueles que as apreciam de mais.

**H**Á quem conteste a beleza das pretas — e há, também, quem a exalte demais. Entre os dois extremos — aquele que as considera simples animais e aquele de que nascem os mestiços, ha um meio termo agradável e cheio de pitoresco em que cabem estas representantes da be-

(Cliché do dr. Abel Pratas; 1.º prémio de fotografia do jornal «O Lobito»).

lesa africana fotografadas com os seus atavios característicos, impenetráveis ainda à internacionalização da moda feminina.



# DA IMPRENSA

IMPRENSA  
ESTRAN-  
GEIRA

T R A N S

ligo recente da revista *Oltamare*:

"A imprensa francesa e a opinião pública são levadas a constatar muita vez que, na imprensa fascista, há uma ausência de objectividade, uma paixão cega e, quando se trata da França, uma falta de espírito de justiça de tal ordem que não nos permite deixar passar sem comentário, um artigo importantíssimo vindo a lume na revista *Oltamare*, que é o órgão oficial do Ministério das Colónias, italiano.

O seu número de Junho contém um estudo geográfico e político cujo fim claro é o de orientar as reivindicações tantas vezes tumultuosas do fascismo em matéria de política exterior, para as soluções razoáveis e práticas.

As reclamações italianas parecem-nos de certo modo fundadas em um ponto apenas: as colónias. A revista *Oltamare* estuda objectivamente a África, inquirindo sobre quais seriam as partes dêsse vasto continente que melhor poderiam convir à Itália, na hipótese de ser feita uma revisão dos mandatos coloniais.

A Itália pode exportar homens mas nunca capitais. Ela tem pois a necessidade de terras onde os seus emigrantes, — o excesso de uma população sempre crescente — possam estabelecer-se e trabalhar com os seus braços.

Isto exclui todas as regiões de clima e vegetação tropicais, onde o branco não possa trabalhar, viver até, e onde ele pode apenas empregar capitais para engrandecer o país e valorizá-lo com a ajuda da mão de obra indígena. O Congo, os Camarões, Togo, o Oeste Africano alemão, uma parte do Este Africano estão neste caso.

Aí nada pode fazer o emigrante italiano que apenas pode dar o seu trabalho.

Nove décimos da população europeia vivendo em África, ocupa as regiões em que o clima é temperado, se bem que a superfície da África temperada seja apenas um citavo da superfície total do continente.

Não pode portanto absorver um grande contingente de emigrantes.

É preciso acrescentar a isto que, terras como a Argélia, Marrocos e essa Tunísia de que os italianos falam com tanta facilidade,

O sr. René Pinon no *Européen* comenta um ar-

são mediocrementemente regadas e não podem sustentar, além de uma população árabe e em especial berbere que se vai multiplicando, senão um número restrito de europeus.

Dá-se o mesmo na África do Sul que constitui um Domínio britânico.

Quanto às vastas extensões desérticas, parece-nos inútil referirmo-nos a elas.

Resta portanto o que o autor do artigo da *Oltamare* chama a alta África.

Aquela em que a altitude superior a 1.000 metros, compensando a latitude equatorial, permite ao europeu viver, trabalhar, educar uma família.

Estas regiões são, segundo o escritor italiano, a Etiópia, a Uganda, o Kenya, Tanganyka, a becia Superior do Congo, Moçambique, a Rodésia, Angola ou, pelo menos, largos troços destas mesmas regiões.

São possessões inglesas, portuguesas, belgas, italianas (numa parte da Erythreia) e um país independente autochtone, a Etiópia.

Nenhum d'estes territórios é possessão ou mandato francês.

É para notar que o autor não insiste sobre a Etiópia.

São, segundo o seu critério que é também o nosso, os altos planaltos de Katanga, Tanganyka, Kenia e Uganda, que "podem absorver uma emigração europeia tão importante como aquela que, em outras épocas, se dirigiu para a África do Sul ou a Austrália."

Na região de Tanganyka, há aproximadamente 10.000 eu-

ropeus na sua maioria ingleses alemães e belgas. Mas se um núcleo importante de colonos italianos ali se fossem fixar, a Sociedade das Nações não poderia deixar de tomar conhecimento do facto, antes de determinar qual o fim que deveria ser dado, aos vossos territórios que formavam outrora o Oeste africano alemão.

Os representantes de todos os estados membros da Sociedade das Nações teriam de disrutar dos mesmos direitos aos territórios sob mandato.

Quando a imprensa italiana se refere à França, com o aze-dume costumado erra o alvo.

No somos nós os detentores d'esses territórios onde poderia viver e desenvolver-se a emigração italiana.

É importante encontrar-se esta constatação em uma revista italiana de inspiração oficial.

## A Divisão da Africa

Transcrito de «l'Essor Colonial»  
de 4-12-1932

## FEITIÇO

(Conclusão da página 14)

Enfureceu-se: A mãe já velha e achacada valia evidentemente muito menos que a irmã. A morte desta para salvar a outra tinha sido um verdadeiro roubo de que o Sandramo se considerava vítima.

Lembrou-se depois que os feitiços da bruxa de certo não ficariam por ali. Após a irmã iria a mulher — e quem sabe se ele também.

E o pior é que não tinha quem o indemnizasse do mal. Atormentado pelo medo e, ao mesmo tempo, se-

quioso de vingança, resolveu cortar o mal pela raiz. Deitou mão a uma corda e meteu em passo estugado pelos carreiros serpenteantes e labirínticos do gentio.

Num cruzamento verdejante topou Atija que seguia pachorrentamente com a cabaça de água no tóuicho. Ela bispou-o de longe mas voltou a cara e continuou o seu caminho tão indiferente e tranqüilamente como antes.

O Sandramo acelerou o passo e cónscio da obra de justiça que imaginara, deitou a mão possante ao gasganete da preta e tombou-a logo de borco. Grunhiu ela ainda mas já não pôde levar mais longe protestos nem defesa. Com uma das mãos en-

# COLONIAL

CREVE-SE

IMPRENSA  
PORTU-  
GUESA

HENRIQUE de Paiva Couceiro foi o Governador Geral de Angola que mais clara e precisamente definiu o problema desta imensa parcela do nosso domínio ultramarino; e essa definição não se ajusta apenas a uma época em que o conceito colonial se condensava nas bases duma ocupação efectiva: avança pelos anos fora e desdobra-se em variados aspectos dêsse mesmo problema, não chegando a perder aquela actualização e superior fino administrativo porque ainda hoje se orientam os governantes que não querem cair no ciclo vicioso das "improvisações", nem deixam comprometer o seu nome em fórmulas vazias de concepção ultramarina.

"Grande professor de colonialismo.", Paiva Couceiro legistrou doutrinalmente em nome da "Religião da Pátria.. E fe-lo com tanta ciência e tal soma de humanismo, que dessa legislação nunca mais se apartará o seu alto significado moral e político.

Então, como agora, proclamava-se alto e bom som a legitimidade da "expropriação", que vai desde as simples atribuições urbanas à diplomática nota internacional.

Tínhamos que demonstrar ao Mundo europeu a nossa capacidade como ocupadores — primeira parte da "missão histórica", que eramos obrigados a cumprir.

Não bastava o poema das descobertas e conquistas marítimas: era preciso avançar de etapa em etapa, ocupando primeiro, depois pacificando e civilizando até se chegar ao campo económico e arrancar das terras a produtividade duma herança abandonada.

No xadrez da política internacional desenhasa-se com a maior nitidez uma crítica arrogante que punha em "cheque", os destinos de Angola. Mas antes que criassem corpo e alma os tristes vaticínios que nos vinham de Cecil Rhodes, antes que avolumasse e alastrasse a onda cobiçosa que prometia submergir-nos, Paiva Couceiro soube opor-lhe uma ocupação eficaz a que se seguiu "um programa sério de obras públicas, organização, ensino, impulso à produtividade em geral,....

E foi assim que conseguimos diminuir a campanha derrotista que nos era feita no estrangeiro, onde já nenhum sentido moral se dava à "honra da prioridade", e obsediamente se pensava na partilha de uma herança de mais de 4 séculos de existência.

Não é nossa intenção fazer a resenha pormenorizada do eminente colonialista e bravo militar da ocupação. Toda a gente sabe o formidável impulso que ele deu, através de um critério limpo, expresso em relatórios superiormente raciocinados, aos telégrafos,

portos e caminhos de ferro; agricultura, comércio e indústria; colonização, protecção aos nativos e assistência médica; instrução e organização administrativa, etc. que Paiva Couceiro ou praticou ou estudou dentro de uma lógica severa das possibilidades da Metrópole, que nem sempre julgou Angola merecedora de "outros conceitos, outros créditos e outros tratamentos."

Ouçamos palavras que quanto mais velhas mais remoçam à vida presente, isto é, mais se adequam ao espírito renovador que ora domina as élites intelectuais. São de Paiva Couceiro e atingem o máximo expoente de beleza as concepções atingidas por aquele que será sempre "grande professor de colonialismo."

"A ideia, a política, os objectivos a seguir em Angola visaram, — segundo nós, — a tornar a possessão ultramarina numa grande

provincia portuguesa, falando a nossa língua, seguindo os nossos usos, mantendo as nossas tradições; prolongando, enfim, através das Ilhas Atlânticas a própria Pátria Mãe, — vestida ao mesmo tempo, a alma que assim se caracteriza, num corpo sólido e desenvolvimento material, — comunicações, culturas, lavras mineiras, em ciclo de segura evolução, interessados todos os factores da vida activa, útil e tendente para o melhor, que o espírito do progresso humano dentro de si abrangem."

O Governo de Couceiro consta, como se sabe de quatro aspectos distintos mas que se ligam, que se fundem: *Ocupação, Nacionalização, Civilização e Fomento*, aos quais se agrupam, como é lógico, "conquista política, missão humanitária, aproveitamento económico, aspirações, deveres, interesses caminhando juntos, sem se entrecrocarem, antes auxiliando-se reciprocamente, e convergindo, na sua finalidade geral, para a "Obra, a conseguir em Angola..."

Aí fica, em estilo corrente, o esboço do retrato político, moral e intelectual de Paiva Couceiro.

Através das curtas citações que fazemos, transparecem os melhores conceitos, sínteses de patriotismo, comentários fortes, crítica honesta e ciente, muita confiança e mais fé que contrastam singularmente com as manifestações agónicas desta quadra em que tudo e todos se suicidam "nesta fórmula passiva: *deixar correr o marfim*."

## Os Grandes de Angola

A acção civil e militar do ilustre Governador Henrique de Paiva Couceiro

Transcrito de o «Comércio de Angola»  
de Janeiro de 1933

clavinhadas na garganta de Atija, laçou-lhe a corda ao pescoço com a outra e apertou, apertou, até ela verter o último bafo de vida.

E quando a viu morta — respirou. Ali mesmo abriu uma cova pouco profunda onde lançou o cadáver. Cobriu-a cuidadosamente com terra, calçou com os pés e voltou à *libata*, muito ancho, quasi feliz.

Salvara a mulher, salvara-se a si próprio. No outro dia elas trabalhavam no cultivo das terras e ele, à sombra da *cubata*, com o cachimbo apagado a pender da larga beçola dormitava beatificamente.

## Propaganda colonial

A Agência Geral das Colónias, que tem cumprido galhardamente o seu programa de propaganda colonial pelo cinema, promoveu, no dia 2 deste mês, mais uma sessão cinematográfica com filmes das colónias portuguesas — desta vez no Casino do Estoril.

A sessão que decorreu, como as anteriores, cheia de interesse e, a pesar do mau tempo, assistida por um público numeroso, destinava-se aos "turistas", ingleses que se encontram no Estoril.

Abriendo a sessão, pronunciou uma interessantíssima palestra, em inglês, o brilhante jornalista colonial António Eça de Queiroz.

# INFORMAÇÕES DO MUNDO COLONIAL

## Crónica do mês **PROTECCÃO AO VALOR**

**N**ESTA época em que o proteccionismo alastra e as leis o instalam, como doutrina e como fórmula, em tantos sectores da vida e da actividade humanas—ainda não se pensou em proteger os que trabalham contra as arremetidas de tantos que, por inveja, insuficiência, maldade ou interesse, se dão ao deleite doentio de lhes morder nas canelas.

Em Portugal perdoam-se ao cretino os seus delitos, ao malvado as suas felonias, ao inútil a sua improdutividade. É uma questão de saber ser creiino, malvado ou inútil—e ver-se-há mesmo recompensar esses defeitos fabricando em volta dos seus portadores uma auréola, em que nem todos acreditarão, mas que a maioria aceita como uma convenção cómoda.

Mas se há por aí um homem que, fora das sendas fáceis da política, do grupo de interesses, dos cambões sociais, sem alvoroço nem réclame, pelo trabalho ou pelo estudo, ergue a cabeça acima da média—a esse, não só ninguém protegerá como não faltará, desde o insulto à calúnia, desde a intriga ao atentado directo, quem lhe barre o caminho e tente lançá-lo fora como a um proscrito.

O meio presta-se: Que apareça alguém a exaltar um valor, a fazer justiça a um homem que trabalha—será recebido com sorrisos de dúvida, protestos, objeções, por mais sólidas razões que invoque. Mas lembre-se a mesma pessoa de maldizer, caluniar, ofender—e logo terá uma multidão a escutá-lo e numerosos propagandistas da sua lorpeza.

*É tempo, realmente, de se proteger os que trabalham.*

*A nossa sociedade resente-se da falta de valores. Cremos mesmo que hoje é já bastante difícil encontrar os homens que são precisos para o desempenho de certos cargos. Nas colónias a crise é ainda mais notável.*

*Só protegendo os que trabalham e os que valem, se deterá a onda dos ineptos e o estímulo aos incompetentes. E as vítimas destes devem lembrar-se que são muitas vezes os seus autores.*

*Infelizmente é este um género de protecção que as leis são impotentes para criar.*

*E só no dia em que cada um liver como desonesto e covarde dar curso a uma calúnia ou aceitar como fundamentada a primeira acusação que lhe chega aos ouvidos; só quando todos fizerem em volta do homem que trabalha e produz, um ambiente de estímulo para as suas qualidades em lugar das pedradas que hoje lhe atiram; só, finalmente, quando a lealdade da maioria se der a julgar com justiça, em cada homem, qualidades e defeitos—e não apenas os defeitos muitas vezes imaginários que os inimigos, por interesse, inveja ou vingança, lhe atribuem—essa protecção será efectivamente prestada.*

*Até lá continua a ser arriscado, para quem tem valor, exhibi-lo—para quem trabalha, produzir mais que os que sabem ganhar a vida e triunfar, sem nada fazer.*

H. G.

---

## Notas do mês

### Sessão de Homenagem

Realizou-se em Mossamedes, no dia 24 de Janeiro, uma sessão solene de homenagem ao sr. Presidente do Ministério e Ministro das Finanças, Dr. Oliveira Salazar.

As informações que recebemos dizem-nos que esta sessão constituiu uma grande manifestação de simpatia e apoio à obra da Ditadura nacional e do eminente homem público. Durante ela, foram calorosamente saudados, não só o homenageado, como também o sr. Presidente da República e Ministro das Colónias.

Assistiu numerosa multidão, estando representadas todas as forças económicas do distrito, comerciantes, industriais, empregados, funcionários e muitas senhoras, que deram ao acontecimento um relevo absolutamente extraordinário em Mossamedes.

Discursaram os srs. Presidente da Câmara, Presidente da Associação Comercial, Gerente do Sindicato, Caldas Xavier, Rodolfo Quadros, Gama Ochôa e João Madeira, tendo encerrado a sessão o seu promotor, o Governador do distrito, que pronunciou uma notável oração sobre "Salazar e a sua obra".

### O pôrto de Novo Redondo

Em volta do pôrto de Novo Redondo e da construção da sua ponte-cais vêm-se, de há uns tempos a esta parte, fazendo tentativas de vária ordem para resolver um problema que, de facto, é vital para todas as ricas regiões que esse pôrto serve.

A questão põe-se desta forma: Ou construir uma ponte-cais em Novo Redondo, ou estabelecer definitivamente o pôrto comercial em Quicombe, actualmente a 18 quilómetros de Novo Redondo, mas cuja distância se pode encurtar de 6 a 7 quilómetros.

Como é natural e habitual a questão tem-se desenvolvido com ceulema de interesses privados de vária ordem.

Estes são partidários da ponte-cais em Novo Redondo. O Governador do distrito, representante do interesse público, manifesta-se, decididamente, pelo pórtico comercial do Quicombe, onde entende que deve ser construído um cais acostável.

Vejamos, desapassionadamente, a questão dentro da qual não temos, nem directa nem indirectamente, senão o interesse moral de ver bem servidos os interesses de Angola.

Parece-nos um erro tremendo a construção da ponte-cais em Novo Redondo, que apenas servirá para prolongar e eternizar uma situação perigosa e atentatória dos interesses da região.

Vejamos a questão, pela análise das vantagens que, incontestavelmente oferece o pórtico de Quicombe, em face dos inconvenientes, sobejamente observados, em Novo Redondo:

Para os barcos a vapor são enormes essas vantagens: um vapor atracado a um cais, pode carregar 300 toneladas de carga em 4 a 5 horas. Em Novo Redondo a mesma quantidade de carga não se meterá a bordo em menos de 15 a 16 horas — se não houver calema.

O que tem sucedido neste pórtico — males que uma ponte-cais não remediará de forma alguma, visto que o defeito reside, fundamentalmente, no facto dos vapores serem obrigados a fundear a 4 milhas da praia — é fantástico. Alguns exemplos: O veleiro *Jorem António* que entrou no pórtico de Novo Redondo em 6 de Setembro do ano passado, para carregar 98 volumes e fazer a descarga de mercadoria a granel que trazia, demorou-se no pórtico 11 dias por ter que aguardar o desembarço dos vapores, ser demorada a descarga e haver calema!

O vapor *Luanda*, em 12 do mesmo mês, para descarregar 4 toneladas e carregar 284, não obstante ser auxiliado pelo escalor a vapor de bordo, só conseguiu desembarcar-se depois de 3 dias!

O vapor *Cabo Verde*, em 14 do mesmo mês, só ao cabo de 27 horas conseguiu descarregar 32 toneladas e carregar 99!

A carga importada é descarregada dos navios para batelões e destes para chatas, que a transportam à ponte-cais. Se acontece haver calema, a carga permanece nos batelões pelos dias que esta durar, ficando sujeita aos prejuízos das avarias, pagas pelo seguro, com a perda correspondente de direitos para o Estado.

Como se explica uma insistência pela conservação deste estado de cousas, que se pretende agora agravar, construindo outra ponte-cais — isto é, mantendo a situação actual?

Só encontramos uma explicação: Os principais defensores da ideia da ponte-cais são os agentes da Companhia de Navegação e os exploradores das «chatas» que transportam as mercadorias para terra e vice-versa. Cada tonelada de carga, assim desembarcada, rende aos transportadores 40 angolares.

Nos anos de 1930 e 1931 a média anual de carga exportada foi de 3.163 toneladas. A carga importada foi a 1.640 toneladas — o que rende muitas dezenas de milhares de angolares.

É natural, é humano, que estes interesses queiram manter-se e se agarrem desesperadamente à solução que os protege — a ponte-cais. Não é, todavia, justo que os interesses mais altos da região e da colónia, se lhes sacrifiquem.

Com a construção do cais acostável na baía de Quicombe — obra relativamente pouco dispendiosa, dadas as magníficas condições do pórtico — evitavam-se, além do triste espectáculo dos vapores fundeados a 4 milhas de distância — a calema, as «chatas», e os batelões, agravando as mercadorias, as enormes despesas que o pórtico acarreta ao importador e exportador, a dificuldade das cargas e descargas, bem como o embarque e desembarque de passageiros e a demora forçada dos vapores no pórtico. Consequentemente passariam a ir a Novo Redondo (Quicombe) todos os navios que hoje o evitam, dando ao pórtico uma vida e prosperidade que bem merece e precisa; reduzir-se-iam as despesas que oneram os exportadores, visto que o transporte de mercadorias até ao cais de embarque, feito por «camionetes», seria um terço mais barato que o transporte actual; haveria mais comodidades e maior rapidez no transporte de mercadorias; cobraria o Estado maiores receitas; ficaria mais próxima e melhor servida toda a magnífica região do Selles; finalmente, permitiria a saída do gado bovino, abundante na circunscrição de Novo Redondo e cuja exportação deixa de fazer-se, por impossibilidade de carregamento.

¿ Como se irá resolver, pois, a questão?

¿ Servindo os interesses privados duma minoria, de resto respeitável e que representa um papel na economia do Quanza Sul — ou defendendo o interesse público, mais alto, mais nobre e mais extenso, ao lado do qual se colocou, como lhe cumpria, o sr. Governador do distrito?

## Montepio dos Funcionários de Angola

É necessário voltarmos a ocupar-nos deste problema que ainda recentemente foi agitado na *Portugal Colonial*.

Estamos convencidos que se começará a olhar para êle, de frente, nivelando as desigualdades que actualmente existem e que

dão origem a castas entre os funcionários da mesma colónia e, sobretudo, evitando novas organizações excepcionais ou exclusivas que mantenham uns na situação de protegidos e outros na de desprotegidos.

A assistência deve-se a todos os funcionários, sem distinção — deve-se ao trabalho. Em Angola os vencimentos, como se sabe, são escassos, e não permitem à previdência individual e privada, organizações sólidas. O Estado tem que prestar essa assistência — mas prestá-la a todos, indistintamente, impondo como princípio rígido, que não são mais nem menos os funcionários de Fazenda ou dos Correios, que outros quaisquer.

Existe entre todos um laço comum: Servem o Estado.

O Estado a todos deve considerar igualmente nas suas medidas de assistência aos que o servem.

## Dr. Armindo Monteiro

Foi convidado a fazer parte da missão de técnicos estatísticos do Instituto Internacional de Estatística que, em Setembro ou Outubro, do corrente ano, visitam o México, a convite e a expensas deste país, o sr. Dr. Armindo Monteiro, ilustre Ministro das Colónias.

## Uma promessa imprudente

Referem os jornais estrangeiros que, em plena Conferência do Desarmamento, o Ministro das Colónias francês, sr. Albert Sarraut, perante o desejo manifestado pela Alemanha de fazer parte duma comissão encarregada de estudar o estatuto das tropas coloniais declarou: «A delegação francesa felicita-se por ver figurar a Alemanha nessa comissão, considerando a possibilidade de, num futuro próximo, certas nações europeias que não possuem colónias poderem colaborar na grande tarefa das nações coloniais para a valorização de imensos continentes que, como a África, são assaz vastos para associar o labor solidário de todos os povos europeus».

Abstemo-nos de comentar aquilo a que se poderia chamar de leviandade dum Ministro das Colónias. Esse comentário está, da resto, feito pela própria imprensa francesa, que parece não se felicitar tão efusivamente como o seu ministro, com o acontecimento.

O que resta saber é se o sr. Albert Sarraut acharia bem que a França se despojasse das colónias que hoje administra sob mandato, para não falar das outras, no dia em que a espécie de promessa que fez à Alemanha houvesse de cumprir-se.

E, todavia, se a Alemanha precisa de colónias tão instantaneamente como o diz — o que não está provado — são essas, e não outras, as que lhe pertencem, quanto mais não seja porque foram aquelas que lhe pertenceram.

## Diversas

Reuniu-se recentemente o Conselho Superior das Colónias, que se ocupou das propostas do governo de S. Tomé e Príncipe, regulando o provimento efectivo das escolas de ensino primário elemental; idem do governo de Macau, sobre a criação do «Fundo de Reserva do Opio» e do pedido de Augusto Colaço, construtor de linhas telegráficas de Moçambique, para que lhe seja concedida a medalha de ouro de assiduidade de serviço no Ultramar.

## Guiné

Foram nomeadas, para servir nas missões religiosas na Guiné as irmãs auxiliares portuguesas Maria Mercês Botelho, Irene Martins Nunes, Sara Gomes de Sousa e Rosa de Matos Ferreira.

➤ Pela pasta das Colónias vai ser publicado um decreto, autorizando a emissão de moedas metálicas divisionárias, do valor facial de \$05, \$10, \$20, \$50 e \$100, destinada à colónia da Guiné, em substituição das cédulas emitidas pelo Banco Ultramarino qua actualmente ali circulam.

O montante da emissão é fixado em 1.200 contos, assim divididos: 100.000 moedas de \$05, no valor de cinco contos; 250.000 de \$10 no valor de 25 contos; 350.000 de \$20 no valor de 70 contos; 600.000 de \$50 no valor de 300 contos e 800.000 de \$100 no valor de 600 contos.

As moedas serão iguais às do mesmo valor em circulação na metrópole e terão a legenda Guiné.

Após a chegada à colónia das moedas, o governador da colónia marcará o prazo de seis meses para serem trocadas por elas todas as cédulas; terminado esse prazo, o Banco Ultramarino restituirá ao governo da Guiné, todas as cédulas em seu poder para serem verificadas e inutilizadas perante uma comissão para esse fim nomeada pelo governador e entregará ao mesmo governo, em no-

las, uma importância igual ao valor das cédulas emitidas, que não tiverem sido apresentadas para troca por moeda divisionária.

O sr. Ministro das Colónias aprovou a proposta do governador da Guiné, para ser contratado como director dos serviços de Agrimensura daquela colónia, o capitão de cavalaria e agrimensor diplomado, sr. Brissac das Neves Ferreira.

## S. Tomé

Segundo telegrama do governo de S. Tomé vai ser enviado ao Ministério das Colónias, pelo correio, o projecto do orçamento da colónia, cujas receitas são calculadas em 9.258 contos e as despesas em igual quantia.

## Angola

O governo de Angola comunicou em telegrama, que a bordo do vapor «Mousinho» veem 1.888 toneladas de milho com destino a Lisboa e a bordo do vapor «Niassa», 2.500 toneladas do mesmo cereal.

Segundo comunicação recebida de Angola, sabe-se que a produção do trigo está sendo intensificada em Angola, de modo a conseguir-se que a sua produção chegue a atingir um elevado grau não só para se abastecer a colónia a si própria, sem necessidade de importar farinhas, como para exportar para a metrópole e para as outras colónias.

Pela análise feita ao trigo produzido em Angola, verifica-se que ele apresenta em média um peso específico superior ao trigo metropolitano em cerca de 7%, sendo de aconselhar o emprego deste trigo em lotações com outras farinhas inferiores.

Em Angola foram experimentadas grande número de sementes de quele cereal, mas das que deram melhores resultados, destacam-se o Firebank, Barbank, Florence, União 52, o Montana e os trigos regionais metropolitano, destes apenas o Ribeiro, o Tremez e o Asa de Corvo se mostraram aproveitáveis.

A delegação de Agricultura e Comércio da colónia, por intermédio da divisão técnica, delegações regionais e Parque de máquinas e sementes, têm feito campanhas de produção junto dos agricultores europeus como indígenas, dando-lhes assistência técnica, material e sementes de diferentes qualidades, que têm sido distribuídas às centenas de toneladas, sendo a maior quantidade distribuída a de Montana, onde essa cultura tem atingido um elevado grau de desenvolvimento é nos planaltos.

Como se sabe, o Governo para promover o estímulo por essa cultura, criou há tempo, para cada um dos distritos de Malange, Quanza-Sul, Benguela, Bié e Huila, dois prémios de 1.500 angolares cada, um para o agricultor, e outro para a Sociedade, empresa ou companhia que maior quantidade de trigo obtiver e mais uns prémios de 70 angolares e três enxadas cada, ao indígena que maior quantidade de trigo colha.

Vai ser publicado brevemente um regulamento relativo à indústria de moagem em Angola.

Da Associação Comercial do Lobito foi recebido um rádio no gabinete dos repórteres, comunicando que os últimos temporais provocaram grandes inundações na cidade, ameaçando destruir diversos prédios. Os prejuízos até agora verificados são importantíssimos e a população encontra-se alarmada com as consequências do temporal, tendo pedido ao governo o envio urgente de técnicos para serem tomadas as medidas que o caso require.

O governador geral de Angola telegrafou para o Ministério das Colónias, comunicando que enviou pelo correio o projecto do orçamento geral da colónia para o ano económico de 1935-1934, sendo as receitas calculadas em 149.315 contos e as despesas em igual quantia.

## Moçambique

A missão geo-hidrográfica da colónia de Moçambique, há pouco chegada a Lisboa, está na Comissão de Cartografia a proceder a trabalhos de gabinete, complementares dos trabalhos realizados naquela colónia.

## Timor

O decreto n.º 22.296 publicado no *Diário do Governo*, diz o seguinte:

«Atendendo ao que foi representado pelo governo da colónia de Timor sobre a necessidade de ser aberto um crédito especial de \$10.000,00 para reforço da verba orçamental destinada a sustento de presos;

Considerando que no 1.º semestre do corrente ano económico houve importante excesso de cobrança sobre a previsão da receita;

Considerando que desse excesso da receita cobrada pode sair a contrapartida do crédito especial necessário;

Uzando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12.740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15.331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É autorizado o governo da colónia de Timor a abrir um crédito especial da importância de \$10.000,00 para reforço da verba do artigo 115.º do orçamento em vigor, destinada a alimentação e vestuário de presos judiciais, devendo a contrapartida do aludido crédito especial sair do excesso da cobrança realizada no 1.º semestre do corrente ano económico sobre a previsão da receita orçamental.

Vai ser publicado um decreto pela pasta das Colónias, determinando que a anuidade para amortização da dívida à metrópole, a inscrever no orçamento de Timor, referente ao ano económico de 1932-1933 seja de 600.000\$00.

No orçamento para o ano económico de 1933 e 1934 seja inscrita a verba de 2.021.282\$08, correspondente à anuidade fixada pelo decreto n.º 18.460 de 14 de Junho de 1930, acrescida da diferença paga a menos pela colónia no actual ano económico.

## Macau

Reuniu-se ontem o Conselho Superior das Colónias que tratou apenas do projecto do governo de Macau criando ali o «Fundo de Reserva de Ópio».

Vão ser reorganizados os serviços de policia da colónia de Macau.

## Índia

O sr. Ministro das Colónias, tem continuado a receber telegramas de colectividades e de várias entidades da Índia agradecendo-lhe a aprovação da construção da nova ponte General Carmona que consideram uma grande obra de fomento.

As Camaras Municipais da Índia pediram para que seja permitido aos naturais da Índia, que se encontram colocados como funcionários públicos noutras colónias gozarem as licenças graciosas e da junta de saúde, como antigamente.

# Informação Económica

As cotações médias referentes ao mês transacto, segundo informação recebida pelo Banco Nacional Ultramarino do seu correspondente em Londres, foram as seguintes:

**Amendoim:** África Oriental—Mercado mais ou menos firme mas com tendência irregular, cotando-se o embarque imediato de Moçambique para os portos opcionais a £ 11.—cif. Embarque durante Junho/Julho, nas mesmas condições, vale £ 11,5.—. África Ocidental—Guiné: Mercado quieto, cotando-se a tonelada a cerca de £ 9—cif.

**Gergelim:** África Oriental—Pouco activo, cotando-se a tonelada do branco e/ ou amarelo, para os portos opcionais, a £ 13.—. Mixto, £ 12.—cif. Consta-nos haver algumas ofertas da origem de branco e/ ou amarelo a £ 13,12,6.—cif, mas os compradores não mostram disposição de pagar este preço.

**Semente de algodão:** África Oriental—Mercado muito quieto, pouco ou nada havendo de interessante a reportar. O valor nominal continua a ser de £ 4 1/2 £ 5 1/4 por tonelada entregue fora do navio em Liverpool.

**Linhaça:** África Oriental—Mercado mais fraco, cotando-se nominalmente, na falta de transacções, a £ 8. por tonelada cif. portos do Continente da Europa.

**Ricino:** África Oriental—Vale nominalmente £ 10.— por tonelada cif. Hull—embarque durante Março. O embarque durante Abril, nas mesmas condições, vale £ 9,15.—. cif. Hull e £ 9,5.—. cif. Antuérpia.

**Mafurra:** África Oriental—Os vendedores oferecem a £ 6.— por tonelada cif. Marselha mas os compradores não pagam mais do que £ 4,5.—.

**Coconole:** Durante a semana o mercado manteve fraca tendência e os valores depreciaram novamente, cotando-se actualmente, segundo qualidade e procedência dos lotes, a £ 9.— a £ 9,5.— por tonelada cif. portos do Reino Unido (Liverpool) e Hamburgo.

**Oleo de palma:** O mercado do disponível, em virtude da escassez de stocks, tem estado bastante animado, mas outro tanto não acontece com os embarques a prazo. Partidas de Brandos, dispo-

níveis, foram vendidas a £ 15.10.- e Médios, nas mesmas condições a £ 16.15.-.

**Sisal:** África Oriental—Pouca actividade durante a semana e os valores estão mais reduzidos, cotando-se o N.º 1 f. a. q. Fevereiro/Abril, Março, Maio a £ 14.7.6. a £ 14.10.0. com vendedores de Abril/Junho e Maio/Julho a £ 13.17.6. O N.º 2 f. a. q. está sendo oferecido, nas mesmas condições, a £ 13.17.6. sem contudo interessar os compradores.

**Estopa:** África Oriental—Um mercado muito quieto nada havendo a reportar. O embarque Fevereiro/Abril (N.º 1 f. a. q.) para um só pórtio vale £ 11.10.0 cif.

**Algodão:** África Oriental—O mercado tem estado mais ou menos activo, notando-se todavia uma grande falta de partidas de boa qualidade. A tendência é regular mas os valores estão um pouco mais baixos, cotando-se o Médio Americano (Padrão) disponível a £ 4.90. Fecho do mercado de Liverpool, em 1 de Março de 1933:—Médio Americano, Março e Abril, 4.70; Maio, 4.72; Junho, 4.75; Julho, 4.75; Agosto, 4.76; Setembro, 4.78; Outubro, 4.80; Novembro, 4.81; Dezembro, 4.83; Janeiro, 4.85; Fevereiro, 4.87 e Março, 4.89.

**Copra:** O mercado abriu com uma certa actividade mas fecha mais fraco e com tendência irregular, cotando-se a FMS de Moçambique, disponível, a £ 11.15.-. Straits FMS, para Rotterdam, Março £ 12.2.6.. Ceilão FMS, para 5 portos e com embarque durante Março/Abril, para Marselha, £ 11.5.-., e Manilla FM £ 11.2.6. cif.

**Borracha:** O mercado está ainda mais fraco e os valores mostram uma nova depreciação de 1/16 de dinheiro por £. A situação financeira dos Estados Unidos da América vem tornar ainda mais grave a deste mercado e por agora é extremamente difícil antecipar até onde chegará a depreciação dos valores. Fecho do mercado em 1 de Março:—Folha de Plantação (Padrão): Disponível, 2/32; Abril, Junho, 2 3/32; Julho/Setembro, 2 7/32 e Outubro/Dezembro, 2 9/32 por £. Movimento dos portos na semana finda em 25/2/33. Londres—importação 608 toneladas, entregas 564—existência, 37.603. Liverpool—importação 491 toneladas, entregas, 385—existência, 52.955 contra 37.559 e 52.799 na semana anterior.

**Cacau:** O mercado do disponível continua quieto com valores um pouco mais reduzidos. S. Tomé, 27/- cif.; Superior da Baía, 25/- cif.; Trindade, 26/6 a 29/6; Summer Aribba, 45/6 e Costa Rica, \$4.90 cif.

**Café:** Há a reportar pouca actividade um mercado irregular, cotando-se o Superior de Santos e o N.º 7 do Rio, para embarque imediato, a cerca de 60/- e 52/- o cwt & f.

**Milho:** África Oriental—Não há transacções a reportar, cotando-se o Milho Branco N.º 2 chato, em sacos, embarque Fevereiro/Março a 17/6 e o embarque em Abril a 17/9 cif.

**Cera:** Mercado quieto, cotando-se a cera de Benguela, para embarque imediato a 75/- o cwt cif.

## Livros e Publicações

### Anais dos Serviços Pecuários de Angola (1931 — 1.ª Parte).

O valor e o brilho desta publicação, cujo primeiro volume foi entusiasticamente acolhido nestas páginas, não resulta da sua expressão verbal. É um produto directo do valor e do brilho dos serviços a que se refere.

Os serviços pecuários de Angola têm hoje o seu nome feito. Assinados por um corpo de funcionários inteligentes e activos, com o amor da profissão e o orgulho muito legítimo da obra que têm realizado, impuzeram-se à admiração e louvor de toda a gente. Os *Anais* agora publicados, dificilmente podiam ser melhores que os anteriores. Obedecem à mesma orientação e referem a mesma actividade, equilíbrio e progresso dos serviços.

**Sumário:** "O Veterinário Colonial", pelo dr. A. de Almeida Eça; "A indústria da pesca no distrito de Mossamedes", pelo dr. Carlos Baptista Carneiro; "As águas do Lobito e Catumbela", por E. das Neves Eliseu; "Possibilidades pecuárias do planalto do Cuanza-Sul", pelo dr. Armando Simões; "A inspecção da carne da pacaça no Matadouro de Luanda", pelo dr. A. de Almeida Eça.

### Cadernos Corporativos.

Sairam mais três números desta revista quinzenal que se apresentam, como o anterior, dentro do programa galhardamente traçado.

**Diogo Cão** — Revista ilustrada de assuntos históricos, dirigida pelo Padre Manuel Ruela Pombo.

Continuamos a receber com regularidade esta revista, única no género, que a persistência e a tenacidade do ilustre historiador Padre Manuel Ruela tem feito viver—e crescer.

### Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa.

A Sociedade de Geografia de Lisboa resolveu o problema do atrazo crónico do seu Boletim, publicando num só volume os doze números do ano de 1932. Refere este volume, sobretudo, os acontecimentos que constituíram a Semana Colonial do ano passado, tendo ficado nêle arquivadas páginas de incontestável valor.

É de prever que a nova direcção da Sociedade nos dê no corrente ano o Boletim que é de esperar do prestígio e dos créditos da Sociedade de Geografia.

Recebemos mais:

- Revista de Artilharia, N.º 91.
- Cerâmica e Edificação, N.º 2.
- Exportador de Angola, N.º 3.
- Ciência e Indústria, N.ºs 85 e 86.
- Revista Portuguesa de Comunicações, N.º 78.



LOURENÇO MARQUES — Mulher de Maputo

## CASA

### ANIBAL TAVARES

JOIAS — PRATAS — OURO — FILIGRANAS

INDÚSTRIA NACIONAL

Comprar jóias na Casa ANIBAL TAVARES  
é garantir o futuro

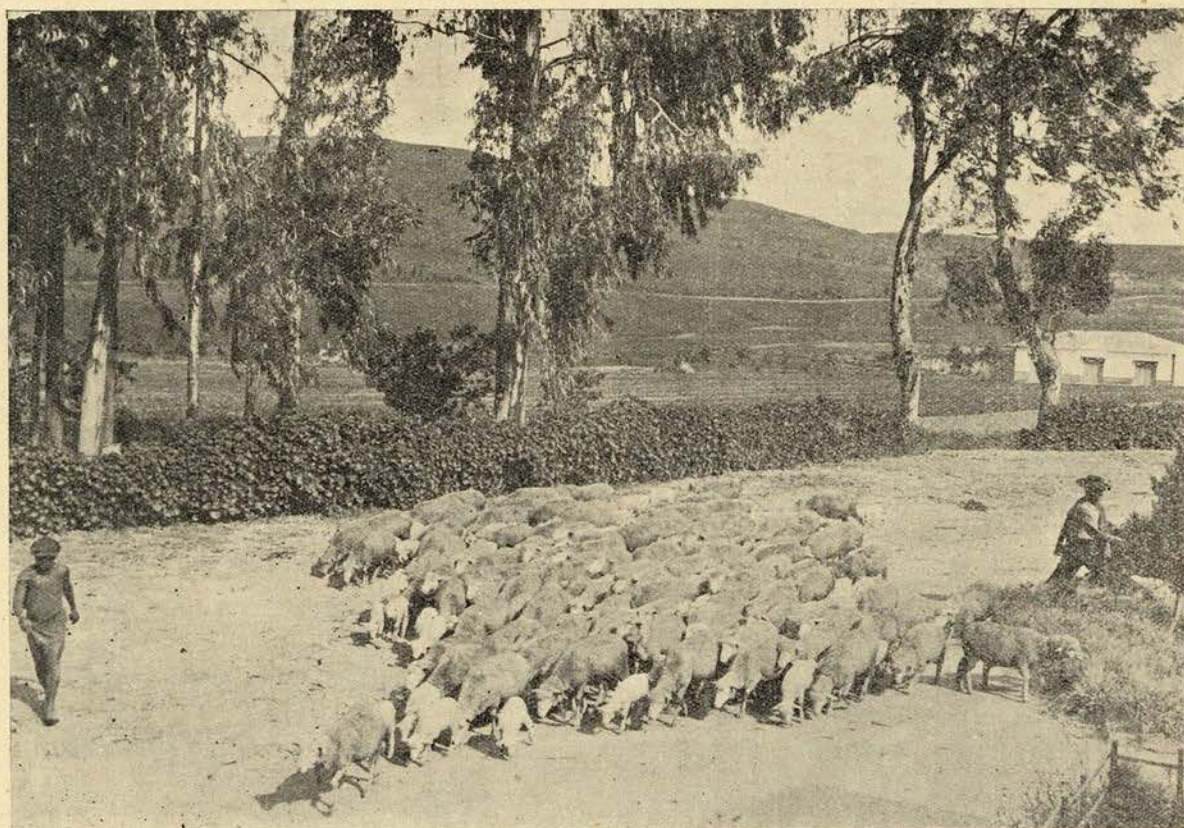
Comprem directamente, evitem o intermediário  
95, RUA DA PRATA, 97

LISBOA — PORTUGAL

Todas as encomendas são rapidamente  
enviadas à cobrança



# Paísagem da Metrópole em Angola



Um rebanho de merinos da Estação Zootécnica do Sul

(Clichê do sr. Abel Pratas)

## Movimento de transferências

1932 e 1933

Datas	Requisições a atender (Contos)	Compromissos em vencimento (Contos)	Transferências autorizadas (Contos)
18 de Fevereiro.....	32.467	34.001	13.088
5 de Março.....	29.888	38.471	20.318
9 de Abril.....	55.635	36.882	22.685
15 de Julho.....	78.617	26.149	51.711
1 de Agosto.....	29.995	26.012	70.675
15 de Agosto.....	41.389	26.513	72.176
22 de Setembro.....	40.568	26.332	84.281
19 de Outubro.....	47.925	34.670	93.664
15 de Novembro.....	49.044	39.204	104.308
15 de Dezembro.....	51.262	40.892	113.997
15 de Janeiro.....	57.231	29.936	125.595
15 de Fevereiro.....	56.199	30.046	143.196

## CAMBIOS

PRAÇAS	COMPRA	VENDA
Londres.....	109\$80	110\$10
Paris.....	1\$25,6	1\$26,0
Suiça.....	6\$19,9	6\$20,2
Bélgica.....	4\$47,6	4\$49,2
Itália.....	1\$63,7	1\$64,3
Holanda.....	12\$88,7	12\$93,4
Madrid.....	2\$69,9	2\$70,8
Nova-York.....	—	—
Brasil.....	—	—
Noruega.....	5\$61,0	5\$67,1
Suécia.....	3\$79,8	3\$86,2
Dinamarca.....	—	4\$93,7
Praga.....	\$94,0	\$95,1
Viena.....	—	3\$54,5
Berlim.....	7\$60,1	7\$62,8
Agio do ouro.....	44 0/0	—
Libras ouro.....	—	—
Ouro fino gr.....	15.02,2	—

# ESTATÍSTICA

## Índices-Números das cotações dos géneros coloniais

DESIGNAÇÃO	1914	1929	1930	1931		1932
	Julho	Índice-médio	Índice-médio	Índice-médio	Dezembro	Novembro
LISBOA (cidade)	100	2.630	1.726	1.302	1.839	1.635

Do Boletim Mensal da Direcção Geral de Estatística.

## Situação dos Bancos Coloniais com sede em Lisboa, em Novembro de 1932 (Valores em escudos)

BANCOS	ACTIVO				PASSIVO	
	CAIXA		Letras descontadas sobre o País e transferências	Letras a receber	Depósitos à ordem	Depósitos a prazo
	Dinheiro em cofre	Depósitos noutros bancos				
Banco de Angola (Sede).....	430.256	10.855.114	—	13.395.939	14.377.537	1.872.448
Banco do Comércio e Ultramar..	152.034	108.844	1.286.695	1.177.091	518.071	1.567.405
Banco N. Ultramarino (Sede)..	5.050.960	1.666.140	69.978.996	61.288.697	41.307.907	64.029.059

Do Boletim Mensal da Direcção Geral de Estatística.

## Cotações dos géneros coloniais (Praça de Lisboa)

Géneros	Unidade	Cotações em (a)	
		1929	1932
		15 de Janeiro	15 de Novembro
Cacau fino.....	15 quilogr.	77\$00	43\$00
Cacau paiol.....	»	62\$00	32\$00
Cacau escolha.....	»	36\$00	21\$50
Café de S. Tomé, fino.....	»	(b) 210\$00	130\$00
Café de Novo Redondo.....	»	124\$00	(c) 78\$00
Café de Ambriz.....	»	123\$00	78\$00
Café de Encoje.....	»	116\$00	(d) —
Café do Cazengo.....	»	120\$00	72\$00
Coconote.....	»	33\$00	17\$50
Copra.....	»	42\$00	22\$00
Óleo de palma, mole.....	»	45\$00	(f) 30\$00
Rícino.....	»	27\$00	—
Gergelim.....	»	34\$00	—
Algodão.....	Quilog.	10\$00	—
Cera.....	»	16\$00	8\$30
Cola.....	»	6\$00	1\$20
Açúcar, rama.....	»	(c) 1\$70	(d) —
Milho.....	»	\$94	\$78
Coiros.....	»	15\$00	6\$00

(a) As cotações apresentadas representam a média nas datas indicadas ou na data mais próxima — (b) Cotação em 1 de Agosto de 1928 — (c) Cotação em 21 de Setembro de 1923 — (d) Não foi negociado — (e) 2.ª qualidade — (f) Em tambores.

## Reexportação e trânsito de mercadorias das Colónias portuguesas por Lisboa em Novembro de 1932

MERCADORIAS	QUANTIDADES EM QUILOGRAMAS		VALOR EM ESCUDOS	
	1931 Dezembro	1932 Dezembro	1931 Dezembro	1932 Dezembro
<b>Reexportação :</b>				
Cacau .....	2.806.742	1.312.773	.166.498\$00	3.640.910\$00
Café .....	1.047.552	972.958	3.405.495\$00	4.451.215\$00
Cêra .....	217.446	98.553	1.563.794\$00	681.603\$00
Outras mercadorias .....	933.763	421.775	886.456\$00	463.418\$00
Total .....	5.005.503	2.806.059	11.022.243\$00	9.237.146\$00
<b>Trânsito internacional :</b>				
Cacau .....	—	1.098	—	3.000\$00
Café .....	1.388.198	757.309	3.473.450\$00	3.867.970\$00
Cêra .....	23.506	22.393	307.100\$00	172.200\$00
Óleos de palma e côco .....	38.752	115.798	17.000\$00	114.400\$00
Outras mercadorias .....	910.309	277.959	433.950\$00	418.350\$00
Total .....	2.360.765	1.174.557	4.231.500\$00	4.575.920\$00

Do Boletim Mensal da Direcção Geral da Estatística.

## Quantidades em quilogramas de algumas mercadorias importadas e exportadas de e para as Colónias portuguesas durante o mês de Novembro de 1932

MERCADORIAS	Angola	Cabo Verde	Guiné	Moçambique	S. Tomé e Príncipe	India, Macau e Timor
<b>Importadas das Colónias :</b>						
Arroz .....	614.811	—	2.613.038	47.112	—	12
Açúcar .....	17.280.490	27	—	7.433.667.829	24	—
Café .....	2.793.292	26.129	1	596	235.679	143
Trigo em grão .....	2.792.150	—	—	—	—	—
Peles em bruto .....	589.005	32.882	221.136	77.570	1.806	—
Algodão em caroço, rama ou cardado .....	708.594	—	6.281	1.083.751	—	—
Sementes oleaginosas .....	5.150.314	2.323.792	16.491.130	349.786	3.333.799	—
Milho .....	—	—	—	—	—	—
<b>Exportadas para as Colónias :</b>						
Vinhos do Pôrto (decalitros) .....	10.822	486	584	16.622	283	3.114
» da Madeira .....	179	75	4	86	15	19
» comuns tintos (decalitros) .....	650.811	25.530	81.083	452.268	54.999	30.958
» » brancos (decalitros) .....	136.752	4.378	9.952	400.183	5.694	4.270
» licorosos (decalitros) .....	8.914	1.156	662	4.637	117	14.945
Conservas de vegetais .....	171.881	5.913	22.956	210.323	10.929	30.873
Sardinhas em salmoura .....	6.143	127	127	1.761	394	2.054
Conservas de sardinha .....	54.977	3.594	16.321	195.359	7.126	13.797
Conservas de peixe .....	4.429	117	467	11.414	1.069	289
Cortiça em rolhas .....	800	229	129	2.055	125	137

Do Boletim da D. G. E.

## Ações de Companhias Coloniais

1933		Vencimento de juros ou dividendo	Último juro ou dividendo pago		VALORES	OFERTAS			
Máximo	Mínimo		Data	Quantia		10 de Março		15 de Março	
						C.	V.	C.	V.
—	—	17-10-1927	1926	L. 14\$67	Agricultora do Cazengo .....	—	—	—	—
—	—	25-6-1928	1929	L. 20\$00	Agricultora das Neves .....	—	150\$00	—	—
105\$00	100\$00	11-3-1930	1929	L. 20\$00	Agricultura Colonial (Soc.) .....	76\$00	99\$00	95\$00	99\$00
200\$00	190\$00	19-4-1932	1931	L. 11\$15	Açúcar de Angola .....	196\$00	200\$00	198\$00	—
—	—	15-7-1929	1928	£ 0-3-2 2/5	Boror .....	—	—	—	—
12\$00	8\$50	—	1927	—	Cabinda .....	10\$00	—	—	—
48\$50	43\$40	11-7-1929	1928	£ 0-0-0,6	Buzi—de 1 a 150.000 1. <sup>a</sup> Em. ...	47\$00	47\$50	46\$00	47\$00
46\$50	40\$50	11-7-1929	—	£ 0-0-0,6	Buzi—de 150.001 a 300.000 2. <sup>a</sup> Em.	44\$00	46\$00	—	46\$50
18\$00	12\$50	1-4-1929	1927	L. 10\$00	Colonial de Navegação .....	—	—	—	—
153\$00	140\$00	18-4-1932	1931	L. 5\$00	Ilha do Príncipe .....	134\$00	138\$00	134\$00	136\$00
15\$00	12\$00	2-6-1930	1928-29	L. \$99	Zambézia—t. 25 .....	10\$00	15\$00	—	—

# A. Ferreira

EXIJA ao seu fornecedor a marca A. FERREIRA nas tintas de escrever, colas e lacres, ficando certo, assim, de receber produtos de primeira qualidade.

## PORTUGAL COLONIAL

### REVISTA DE PROPAGANDA E EXPANSÃO COLONIAL

Director—HENRIQUE GALVÃO

**Assuntos económicos — comerciais  
agrícolas, industriais e financeiros.  
Informações de todo o mundo colonial**

**AGENTES EM TODAS AS CIDADES ULTRAMA-  
RINAS, MADEIRA, AÇORES, BRASIL, ETC.**

#### CONDIÇÕES DE ASSINATURA

*Metrópole e Ilhas Adjacentes:*

Avulso .....	3\$00
Semestre .....	18\$00
Ano .....	36\$00

*Colónias Portuguesas e Brasil:*

Avulso .....	4\$00
Semestre .....	24\$00
Ano .....	48\$00

ESTRANGEIRO (Ano)..... 60\$00

# Companhia do Sul de Angola

*Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada, com o Capital*

Autorizado—Esc. 10.000.000\$00

Subscrito — Esc. 6.000.000\$00

SEDE SOCIAL

Lisboa—R. Vitor Cordon, 12-1.º  
Telef. 2 4174 — End. Tel. SULANGOLA

SEDE EM ÁFRICA

MOSSAMEDES—África Ocidental

EXPLORAÇÕES

PESCA—Baía das Moscas, Mossâmedes—Praia Amélia, Pôrto Alexandre

*Fabrico de Conservas, Farinhas e Óleos de Peixe, Pasta Azotada—Fábrica AFRICANA—Mossâmedes*

AGRICULTURA E CRIAÇÃO DE GADO

Mossâmedes, Giraul, S. Nicolau, S. João do Sul, Caroca e Pinda

# Companhia de Mossâmedes

*Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada, com o Capital*

Autorizado—Esc. 20.000.000\$00

Subscrito — Esc. 13.995.000\$00

SEDE SOCIAL

Lisboa—R. Vitor Cordon, 12-1.º  
Telefone: 2 4174

SEDE DO COMITÊ FINANCEIRO

na Banque des Interets Français  
23, Rue Louis le Grand — PARIS

SEDE EM ÁFRICA

SÁ DA BANDEIRA—(Lubango)

Criação e Comércio de gados—Explorações agrícolas—Instalações no *Lubango, Tchipa, Ediva, Palanca, Culueque e Tchifito*



**350\$00**

É o preço dos "SMOKINGS" em óptima elasticotina e com esplêndida seda

**FATOS DE CASACA A 800\$00**

COM ELASTICOTINE DE 1.ª

Fazendas por conta do fabricante

Estes preços só V. Ex.ª consegue na

**ALFAIATARIA RODRIGUES NEVES**

ALFAIATE DIPLOMADO

Rua da Prata, 103, 2.º—LISBOA

Telefone 2 8955

**Farmacia ALEXANDRE**

FUNDADA EM 16 DE FEVEREIRO DE 1930

**RUA DA PAZ**

Sá da Bandeira (Lubango) — Angola

Director técnico e proprietário:

**ANIBAL DA F. ALEXANDRE**

(Farmaceutico pela Escola de Lisboa)

# Venancio Guimarães & C.<sup>a</sup>

Lubango

*Filiais em Mossâmedes, Humpata e Humbe*

Escritório em LISBOA — R. de S. Julião, 93, 1.º

ENDERÊÇO TELEGRÁFICO: VOUGA

COMÉRCIO GERAL, AGRICULTURA, PECUÁRIA E INDÚSTRIA

*Sócios-gerentes da EMPRESA CAHOLO, L.DA  
(Fornos de cal e moagem de cereais)*

*Agricultores no BENTIABA  
(Fazenda Algodoeira da PUPA)*

*Exportadores de gado bovino e peixe seco*

REPRESENTANTES NOS DISTRITOS DA HUILA E DE MOSSÂMEDES DE:

Vacuum Oil Company  
Fábrica de Tabacos Ultramarina  
Automóveis e camions «FORD»  
Máquinas de escrever «REMINGTON»

REPRESENTANTES NO DISTRITO DA HUILA DE:

Burrell & C.<sup>o</sup>  
Companhia de Seguros «TAGUS»  
Lotarias de Angola

## COMPANHIA PRODUTORA DE MALTE E CERVEJA PORTUGALIA

Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada

CAPITAL ESC. 6.000.000\$00

ANTIGA FÁBRICA «GERMANIA»

115, AVENIDA ALMIRANTE REIS

LISBOA

Endereço telegráfico: PORTUGALIA-LISBOA

TELEFONES P. B. X. { DIRECÇÃO N. 298  
EXPEDIENTE N. 1699

CÓDIGO TELEGRÁFICO: RIBEIRO

GRAND-PRIX — EXPOSIÇÃO INTERNACIONAL DO RIO DE JANEIRO, DE 1922 E SEVILHA, DE 1930

*Prefiram as nossas acreditadas marcas de cerveja*

«PORTUGALIA» e «PRETA»

(Tipo Munich)

PORTUGAL COLONIAL

## SORTES GRANDES?

SÓ A CASA

**COSTA, L.<sup>DA</sup>**

AS VENDE

**75, RUA DE S. PAULO, 77**

### Edições «Portugal Colonial»

Angola (Projecto de Fomento), por *Henrique de Paiva Couceiro*.

O Velo d'Oiro (romance), por *Henrique Galvão*.

História do Nosso Tempo, por *Henrique Galvão*.

O problema da irrigação em Moçambique, pelo *Engenheiro Trigo de Morais*.

O Espírito da Raça portuguesa na sua expansão Além-Mar, por *João de Almeida*.

O poeta Lopes Vieira em África e o seu Relatório, por *Henrique Galvão*.

Pedidos à Redacção da «Portugal Colonial»  
Rua da Conceição, 35 1.º

## CADERNOS CORPORATIVOS

REVISTA QUINZENAL  
DE ECONOMIA SOCIAL



DIRECTOR

AUGUSTO DA COSTA



Redacção e Administração

Rua da Horta Seca, 7, 1.º

LISBOA

**Leiam a**

**Revista**

**“Portugal Colonial”**

**A única**

**revista**

**colonial**

**portuguesa**